



# ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

BOLETIM INFORMATIVO NÚMERO 75  
AGOSTO DE 2020



*Brasil,  
Arte na Numismática*

*Dom Quixote  
Espanha 1905 (Yt:ES227)  
Campo de Criptana - Espanha*





## Associação Filatélica e Numismática

de Santa Catarina

Rua dos Ilhéus 118 sobreloja 9 – Ed. Jorge Daux  
CEP 88010-560 - Florianópolis, SC  
Caixa Postal 229 - CEP 88010-970

A AFSC, fundada em 6/8/1938, é uma Entidade sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual 542 de 24/9/1951 e pela Lei Municipal 970 de 20/8/1970.

DIRETORIA eleita em julho de 2019 para o período de agosto/2019 a agosto/2020 [\*]:

Presidente:	Demétrio Delizoicov Neto
Vice-presidente:	Luis Claudio Fritzen
Primeiro secretário:	Ernani Santos Rebello
Segundo secretário:	Fabio Nakamura
Primeiro tesoureiro:	Bernardo Bihl Lopes
Segundo tesoureiro:	Fred Leite Siqueira Campos
Diretor de Sede:	Peter Joahn Bürger

Conselho Fiscal:	
Lucia Milazzo	Antonio Correa Varela (suplente)
Romeu Odilo Trauer	Juliano Natal (suplente)
Rubens Moser	Roque Rosseto (suplente)

[\*] Em decorrência da pandemia do coronavírus, com base no artigo 14 do Estatuto da AFSC, a Diretoria decidiu pela extensão dos mandatos de todos os Diretores e Conselheiros Fiscais por 90 dias.

A AFSC desenvolve um importante trabalho de divulgação do colecionismo em geral, além da edição deste Boletim – Santa Catarina Filatélica.

Para suporte aos dispêndios decorrentes de suas atividades, a AFSC depende principalmente da arrecadação de anuidades pagas por seus associados, que podem ser das seguintes categorias e valores, válidos a partir de 2019:

Efetivos – residentes em Florianópolis, com idade a partir de 18 anos .....	R\$150,00
Juvenis – com idade inferior a 18 anos .....	R\$20,00
Correspondentes no Brasil – residentes fora de Florianópolis .....	R\$50,00
Correspondentes no Exterior – residentes fora do Brasil .....	US\$35,00

**ASSOCIE-SE!**

[www.afsc.org.br](http://www.afsc.org.br)

## Palavras do Presidente

Neste ano de 2020, o convívio com a pandemia do novo coronavírus exigiu mudanças de hábitos e nos modos de organização da vida cotidiana cujos impactos são notados em diversos ramos de atividades. No colecionismo, não poderia ser diferente. O tradicional Encontro de Colecionadores, sempre realizado em agosto de cada ano, em comemoração ao aniversário de fundação da AFSC, foi cancelado, assim como a maioria dos encontros programados para este ano no Brasil e no exterior. Exposições filatélicas nacionais e internacionais também foram transferidas para 2021 ou canceladas e os tradicionais encontros semanais foram adiados. Contudo, o colecionismo não ficou paralisado. A criatividade de colecionadores mostrou outras possibilidades de ações. Os encontros semanais, ainda que não presenciais, incrementam as interações entre colecionadores de perto e de longe, com o auxílio de tecnologia midiática. Várias palestras são oferecidas e patrocinadas por algumas agremiações, tanto brasileiras como internacionais. Fritzen, atual vice-presidente da AFSC e atual presidente da Federação Interamericana de Filatelia (FIAF), tem abordado vários aspectos da filatelia durante palestras *online*. Milton e Lucia, que têm se dedicado à edição dos boletins da AFSC, abnegadamente tomaram todas as providências para efetivar o lançamento deste número. Desta vez apenas eletronicamente. A eles, em nome da AFSC quero deixar registrado nosso agradecimento, bem como a todos os articulistas. Aproveito o momento para transmitir, em nome da AFSC, um especial agradecimento a Marcio Rovere Sandoval que, nos últimos quinze anos, tem publicado seus estudos e pesquisas, em primeira mão, sempre em nosso Boletim. Pessoalmente, agradeço a valiosa colaboração dos demais integrantes da diretoria da AFSC. Com o apoio e sugestões que deram, contribuíram para que a AFSC não ficasse imobilizada. Especial destaque quero dar para a pequena equipe, coordenada pelo Romeu que, há algum tempo, tem se dedicado à reformulação do site da AFSC.

Demétrio Delizoicov

Presidente da AFSC

## Índice

Do Banco dos Estados Unidos do Brasil ao Banco do Brasil	04
Agência Postal de Canasvieiras – SC	26
Cronologia do Meio Circulante no Brasil	29
Algumas Marcas Postais Falsas de Censura Postal Brasileira	42
O Bilhete Postal do concurso Bolão do Faustão	49
Moinhos de vento da Mancha e personagens de Miguel de Cervantes	51
LER MAIS	55

# Do Banco dos Estados Unidos do Brasil ao Banco do Brasil (1890-1905)

Marcio Rovere Sandoval – Montreal, Canadá (\*)



**Figura 1** – Anverso da prova (*proof*), em cartão, do bilhete de 500 mil-réis do **Banco dos Estados Unidos do Brasil**, de 1890<sup>1</sup> (P.S607B; JM.LF68), 1ª Estampa, 1ª Série, N° 00000. (N°1 a 21000). Chancela de Antonio Arnaldo Viera da Costa (Tesoureiro da Caixa de Amortização). No centro, temos a Alegoria da Justiça. À direita, a Alegoria da Liberdade e à esquerda, um veleiro representando o Comércio. Impressão: “*American Bank Note Company – ABNCo.*”. Emissão com base metálica<sup>2</sup>. Quantidade impressa: 50.000. (205 mm x 100 mm).<sup>3</sup>



## Antecedentes – As Emissões bancárias<sup>4</sup> no Brasil

As primeiras emissões bancárias no Brasil foram realizadas pelo 1º Banco do Brasil (1808-1829)<sup>5</sup> em 1810. As emissões governamentais tiveram início em 1827 sob a responsabilidade do Tesouro Nacional que se incumbiu desse papel até a criação do Banco Central<sup>6</sup>.

**Figura 2** – Detalhe da Alegoria da Liberdade (figura 1), pergaminho com a inscrição “*Ordem e Progresso*”.

<sup>1</sup> O edital publicado na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, em 13-12-1890, p. 3, referente ao Banco dos Estados Unidos do Brasil, menciona as características dos bilhetes da 1ª série, da 1ª Estampa, no valor de 500 mil-réis a serem emitidos. O edital da Caixa de Amortização de 18-12-1899, publicado no Diário Oficial da União, p. 9873, menciona o prazo para recolhimento, sem descontos, dos bilhetes do Banco dos Estados Unidos do Brasil (entre outros), até 30 de julho de 1900.

<sup>2</sup> Segundo a *Lei n° 3.403, de 24-11-1888*, o banco poderia emitir bilhetes com base metálica ou em apólices da dívida pública.

<sup>3</sup> Os bilhetes próprios impressos pela ABNCo. e pela G&D para os bancos, ao que tudo indica, vinham em talões e eram destacados na linha pontilhada que se situava à esquerda do bilhete, onde se encontra o valor por extenso.

<sup>4</sup> São as emissões de bilhetes realizadas pelos bancos privados enquanto bancos emissores ou de emissão, em oposição às emissões governamentais, no caso as do Tesouro Nacional.

<sup>5</sup> **Emissão bancária única** (1810 a 1829).

<sup>6</sup> Sobre esse assunto, veja a matéria de nossa autoria intitulada: “*A Perkins Bacon & Peth (PB&P) e as cédulas impressas para o Tesouro Nacional (1835-1870)*”, publicada no Boletim da AFSC N°73, de agosto de 2018, p. 10, “2.1 – O Tesouro Nacional (1827-1965)”.

No intervalo de 1840 a 1853, tivemos o primeiro período de **pluralidade bancária emissora**<sup>7</sup>. Nessa época, cinco bancos passaram a emitir concomitantemente com o Tesouro Nacional, eram eles: Banco Comercial do Rio de Janeiro (1838-1854), Banco Comercial da Bahia (1845-1856), Banco Comercial do Maranhão (1846-1856), Banco do Brasil de Mauá (1851-1853) e Banco de Pernambuco (1851-1855).

De 1853 a 1857, tivemos um período de **unidade bancária emissora** por parte do Banco do Brasil (banco estabelecido em 1853), fruto da fusão do Banco do Brasil de Mauá com o Banco Comercial do Rio de Janeiro.

Entre 1857 e 1862<sup>8</sup>, tivemos restabelecida a **pluralidade bancária emissora** (segundo período), com mais seis bancos emissores, eram eles: Banco Comercial e Agrícola (1857-1862), Banco Rural e Hipotecário (1854), Banco do Rio Grande do Sul (1857), Novo Banco de Pernambuco (1857-1867), Banco do Maranhão (1857-1893) e Banco da Bahia (1858).

Para melhor compreendermos esse período e os posteriores, vejamos os apontamentos de Augusto F.R. de Magalhães<sup>9</sup>:

*“Em fins de 1862, o Banco do Brasil iniciou as trocas das notas por ouro, vendo-se obrigado, para isso, a efetuar compras internas do metal e aquisições, na Inglaterra, de “soberanos”<sup>10</sup>, que mandava cunhar, amoedar ou fundir em barras. Em 1864, verificou-se uma crise no Rio de Janeiro e, a 13 de novembro o Banco do Brasil é autorizado a emitir até o triplo do fundo disponível; e, no dia imediato, a suspender o troco, sendo determinado o recebimento de suas notas nas repartições públicas e particulares, passando a ter curso forçado. Mas a emissão elevou-se ao quádruplo. Pela Lei n° 1.345, de 13-9-1866, foi retirada do Banco do Brasil a faculdade emissora, obrigando-se novamente o Governo a resgatar a sua emissão.*

*Esse ato está assim descrito por Antonio Carlos (op.cit., pág. 163)<sup>11</sup>: “Itaboraí e Souza Franco, paladinos, em 1853 e 1857, das emissões bancárias, aquele, pela unidade dos bancos de emissão, este, pela pluralidade, transformaram-se, assim, poucos anos após, nos mais esforçados adversários das mesmas emissões, e foi ao influxo de sua autoridade, e mais de Zacarias de Góes, que as Câmaras votaram o projeto, convertido, afinal, na Lei de 12 de setembro de 1866.*

*Sobre o período posterior, é ainda Antonio Carlos (op. cit. pág.167) que diz: “a experiência das emissões bancárias em dois períodos de 1808 e de 1853 a 1866, tão forte e má impressão deixou no ânimo dos homens de Estado e no espírito público que, no espaço de tempo de 1867 e 1887, nenhuma iniciativa capaz de êxito foi suscitada nos conselhos do Governo ou no Parlamento, tendente à criação de bancos emissores”.*

*Foi quando se verificou a Abolição da Escravatura e voltaram os reclamos para que fossem efetuadas as emissões bancárias. Estas foram sancionadas pela Lei n° 3.403, de 24-11-1888, que permitiu emissões, ou sobre apólices, ou sobre ouro. O Decreto n° 10.144, de 5-1-1889, que*

---

<sup>7</sup> Quando a faculdade de emitir bilhetes é estendida a mais de um banco privado, ou banco emissor. Assim, temos diversos bancos privados com a capacidade de emitir bilhetes (segundo determinadas regras), além das emissões governamentais do Tesouro Nacional.

<sup>8</sup> De 1862 a 1866, o Banco do Brasil ficou com a responsabilidade exclusiva das emissões.

<sup>9</sup> **In:** Magalhães, Augusto F. R. “Os Bancos Centrais e sua Função Reguladora da Moeda e do Crédito”. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1971, p. 208-209.

<sup>10</sup> Moeda de ouro inglesa (7,98 g), no caso, peça criada por uma ordenança datada de 1° de julho de 1817, que trazia o busto do Rei George III (1760-1820) e, no reverso, São Jorge a cavalo matando o dragão, obra de Benedetto Pistrucci. Essa peça ainda é cunhada nos nossos dias.

<sup>11</sup> **In:** De Andrada, Antonio Carlos Ribeiro. “Bancos de Emissão no Brasil” Rio de Janeiro (1923).

regulamentou a lei, especificava os dois tipos: a) a emissão garantida por apólices da dívida pública, até o limite de dois terços do capital, quanto a cada companhia, e, em caso algum para cada uma, importância mais de 20.000 contos, vigorando para o conjunto o limite de 200.000 contos; b) emissão referida ao fundo metálico, isto é, moedas de ouro cunhadas no Império, francos em ouro e libras inglesas, segundo o padrão de 1846”.

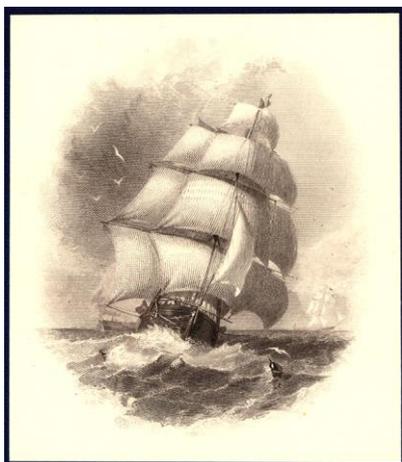


**Figura 3** – Alegoria da Justiça (detalhe da figura 1), diadema com a inscrição “Brazil”.

Com a volta de **pluralidade bancária emissora** (terceiro período), a partir de 1888, surgiram 14 bancos emissores (10 deles de fundação recente), eram eles: Banco do Brasil (1853), Banco da Bahia (1858), Banco Mercantil de Santos (1872), Banco de São Paulo (1885), Banco Nacional do Brasil (1889), Banco União de São Paulo (1890), Banco Emissor do Sul (1890), Banco Emissor da Bahia (1890), Banco Emissor do Norte (1890), Banco Emissor de Pernambuco (1890), Banco Sul Americano de Pernambuco (1890), Banco do Crédito Popular do Brasil (1890), Banco dos Estados Unidos do Brasil (1890) e Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (1890).

Desses, dois não conseguiram colocar suas emissões em circulação, foram eles: Banco Mercantil de Santos e o Banco Sul Americano de Pernambuco.

Esse período teve vida efêmera (1888-1892), a principal causa foi a “**Crise do Encilhamento**”.



**Figura 4** – Vinheta da *American Bank Note Company* (ABNCo.), intitulada “*Under Full Sail*”, ou seja, “*Com as Velas Infladas*”, gravada por **Charles Skinner** da ABNCo., em 1883. Ela foi originalmente gravada para a *Continental Bank Note Company* (1863-1878), que fusionou com a ABNCo., em 1878. Ela aparece no canto esquerdo do bilhete de 500 mil-réis do Banco dos Estados Unidos do Brasil (figura 1). Foi também utilizada em outros trabalhos da ABNCo. como na cédula de 50 pesos do “*El Banco Yucateco*” (P.5470), de Mérida, México, em 1889. (s/d, reimpressão moderna a partir de chapas originais, cerca de 1990). (50 mm x 70 mm).

Os maiores bancos do período, quais sejam, o Banco dos Estados Unidos do Brasil (1890<sup>12</sup>) e o Banco Nacional do Brasil (1889) foram fusionados no Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (1890-1892).

<sup>12</sup> Foi autorizado a funcionar pelo Decreto nº 190 de 29/01/1890 e a fusionar com o Banco Nacional do Brasil pelo Decreto nº 1.154 de 07/12/1890, para formar o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil.

Com o Decreto nº 1.167 de 17/12/1892 foi restabelecida a **unidade bancária emissora**, fusionado o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (1890-1892) com o Banco do Brasil (1853-1892), dando origem ao **Banco da República do Brasil** (1892-1905) que, em 1896, veio a perder a faculdade de emitir. Em 1905, após uma reestruturação promovida pelo Governo, aquele banco *voltou* a se chamar Banco do Brasil (5º efetivo e 4º de nome).

Aqui, como bem se refere o título, trataremos, principalmente, dos fatos e dos bilhetes dos bancos que na sequência deram origem ao atual Banco do Brasil.

### O “Encilhamento”<sup>13</sup>



**Figura 5** – Detalhe de um anúncio de corrida de cavalos do Jockey-Club do Rio de Janeiro para 16 de novembro de 1890, “Grande Prémio Imprensa Fluminense”, publicado no Diário de Notícias do Rio de Janeiro de 10 de novembro de 1890, p. 3.<sup>14</sup> A corrida de cavalos ou turfe foi bastante popular no Brasil até os anos 60.

Encilhamento, no seu sentido original, é um termo utilizado para designar o ato de encilhar, ou seja, colocar as cilhas (arreios) nos cavalos, preparando-os para a corrida. No turfe, “*era também o momento em que os jóqueis se preparavam para montar na sela e os apostadores tentavam comprar suas desistências. Durante essas negociações, a montaria pronta para a corrida era refreada antes da largada final*”.<sup>15</sup>

Em 1890, o Jornal do Comercio do Rio de Janeiro passou a empregar o termo, por analogia, para se referir à situação econômica naquela praça, o que foi seguido por outros jornais para designar a situação financeira pós 1888.

Essa analogia é reforçada no ditado popular<sup>16</sup> “*cavalo encilhado não passa duas vezes*”, ou seja, a chance não bate à porta a todo momento. Assim, toda oportunidade nos negócios deveria ser aproveitada quando se apresentasse, mesmo que fraudulenta.

<sup>13</sup> Trata-se de uma visão geral do assunto.

<sup>14</sup> Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. ([http://memoria.bn.br/pdf/369365/per369365\\_1890\\_01962.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/369365/per369365_1890_01962.pdf))

<sup>15</sup> **In** : O Encilhamento, Artigo de Maria Bárbara Levy – Economia Brasileira: Uma Visão Histórica – Editora Campus – Rio de Janeiro, 1980, p.191-192.

<sup>16</sup> De origem gaúcha.



**Figura 6** – Detalhe da charge de Pereira Neto, publicada na Revista Ilustrada de finais de 1890 (Ano 15, N° 610), satirizando a especulação financeira causada pela “Crise do Encilhamento”. (fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

O “Encilhamento”, assim, foi o nome dado à crise financeira e institucional que ocorreu no Brasil, entre o final da Monarquia e o início da República (1889-1891)<sup>17</sup>. Teve início ainda no Império e se concretizou após a Proclamação da República com Rui Barbosa como Ministro da Fazenda (15 de novembro de 1889 a 21 de janeiro de 1891).

Rui Barbosa colocou em prática medidas que antes combatia<sup>18</sup>, com o objetivo de conseguir apoio para o novo regime, ou seja, a República. Assim, o Decreto n° 165 de 17 de janeiro de 1890 (Nova Lei Bancária)<sup>19</sup>, visava a expansão da indústria e do comércio, através do aumento do meio circulante com a criação de bancos emissores e um sistema de emissão lastreado, principalmente, por Apólices da Dívida Pública<sup>20</sup>.

Os empréstimos só poderiam ser aplicados no financiamento de novas indústrias e no comércio (e não na agricultura), incentivando-se a criação de sociedades anônimas para este fim, ou seja, bancos.

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro com abundância de créditos e garantias oficiais passou a ter uma intensa atividade. As ações em alta constante faziam fortuna aos especuladores. O dinheiro que deveria ser aplicado no fomento à indústria ou em atividades comerciais, foi, muitas vezes, indevidamente desviado para investimentos especulativos na própria bolsa e em empresas inviáveis ou fictícias<sup>21</sup>.

Os resultados foram inflação e falências.

<sup>17</sup>Período da crise propriamente dita. De uma maneira mais ampla de 1888 a 1902, considerando o início ainda no Império, e se estendendo pelo menos até o final do Governo de Campos Sales, em 1902, quando seus efeitos haviam sido dissipados. Registra-se, ainda, que a deflação veio sendo feita até 1906.

<sup>18</sup>Rui Barbosa era partidário do Metalismo, princípio econômico que considera que o valor do dinheiro deriva do poder de compra da mercadoria sobre o qual está baseado, ou seja, na utilização de metais como moeda de troca, conceito oposto à moeda fiduciária. O objetivo é evitar ao máximo as flutuações no valor da moeda.

<sup>19</sup> A Nova Lei Bancária foi incitada pelo Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, que havia sido nomeado para ser diretor do Banco dos Estados Unidos do Brasil.

<sup>20</sup> O Decreto menciona “apólices da dívida pública, moeda corrente ou ouro”. Ele complementa outros dispositivos legais, como a Lei n° 3.403, de 24-11-1888 e o Decreto n°10.144, de 5-1-1889.

<sup>21</sup> Houve exceções, como exemplo os investimentos realizados na construção civil em São Paulo, pelos novos bancos criados a partir de 1890, como os do *Banco União de São Paulo*. No Rio de Janeiro, temos o financiamento da Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB), mais conhecida como Fábrica de Tecidos Bangu, pelo *Banco Internacional do Brasil*, que veio a constituir o *Banco Nacional do Brasil*, em 1889.



**Figura 7** – Anverso do bilhete de 100 mil-réis do **Banco Nacional do Brasil** (1889-1890), no Rio de Janeiro, de 1889 (P.S622; JM.355). Bilhete aproveitado da 5ª Estampa<sup>22</sup>, 8ª série, N° 13192 do Tesouro Nacional – 1877-1901 (P.A247b; JM.193). As cores foram alteradas por processos químicos e superimpressas com o nome do banco e com a promessa de pagamento, em ouro e à vista. Chancela de Antonio Arnaldo Viera da Costa (Tesoureiro da Caixa de Amortização). Bilhete impresso pela *American Bank Note Company* (ABNCo.) e alterado e superimpresso pela *Laemmert & Co.* do Rio de Janeiro, como pode ser constatado na parte inferior direita do bilhete. Esse banco foi autorizado a funcionar pelo Decreto n° 10.369 de 28 de setembro de 1889, ainda no Império. A autorização para emitir, como, em geral, para as demais “*companhias anônimas*” (*leia-se bancos*), havia sido dada pelo Decreto n° 10.262 de 6 de junho de 1889. Foi autorizado a aumentar a emissão pelo Decreto n°253 de 8 de março de 1890<sup>23</sup>. Em 7 de dezembro de 1890, através do Decreto n° 1.154, fusionou com o Banco dos Estados Unidos do Brasil, para formar o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. (Fonte da imagem: Museu de Valores do Banco Central). (195 mm x 94 mm).

Sobre o período do *Encilhamento* e, particularmente, sobre os bilhetes aproveitados pelos bancos de emissão, através de superimpressões, temos o testemunho de “*Heitor Malheiros*”, publicado na *Gazeta de Notícias* em 1893, vejamos:

*“O ano de 1891 marcou época, no Brasil, pela desenfreada especulação que se desencadeou na praça do Rio de Janeiro. Na Gazeta de Notícias, em 1893, foi publicado um folhetim de crítica, depois enfeixado em livro, sob o criptônimo de Heitor Malheiros e que mais tarde se soube ser da lavra do Visconde de Taunay<sup>24</sup> (O Encilhamento – São Paulo, 1923, 2ª edição, pág.6), no qual se lê: “Pululavam os bancos de emissão e quase diariamente se viam na circulação monetária notas de todos os tipos, algumas novinhas, faceiras, artísticas, com figuras de bonitas mulheres e símbolos elegantes, outras sarapintadas às pressas, emplastradas de largos e nojentos borrões. Quanto aos lastros em libras esterlinas e apólices da dívida pública, fazia-se vista grossa” (in: Magalhães, Augusto F. R. Ob.Cit., pág. 211). (grifo nosso).*

<sup>22</sup> Essa cédula do Tesouro Nacional, e muitas outras, foram cedidas aos novos bancos emissores até que pudessem preparar emissões próprias. No que tange ao valor de 100 mil-réis (P.A247b; JM.193 ou R060), ele foi reaproveitado pelos seguintes bancos: Banco da Bahia, Banco Emissor da Bahia, Banco Emissor do Norte, Banco Emissor de Pernambuco, Banco Emissor do Sul, Banco Nacional do Brasil e Banco de São Paulo.

<sup>23</sup> Julius Meili (*A Moeda Fiduciária no Brasil*, p. 132) menciona o “*Decreto de 8 de março de 1890*” como autorização para emitir. Ele se equivocou. A data correta é 6 de julho de 1889, como mencionado acima.

<sup>24</sup> Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay (1843-1899).

## As emissões Provisórias

Como vimos, a partir de 1888 surgiram 14 bancos emissores<sup>25</sup>. Inicialmente (1889-1891), a maioria desses bancos utilizou estampas cedidas pelo Tesouro Nacional para realizar suas primeiras emissões. Foram, assim, emissões com bilhetes provisórios superimpressos, até que pudessem ser comandados novos, com características individuais a cada banco.

No que concerne às superimpressões, constatou-se que elas desapareciam em virtude da circulação, não podendo, muitas vezes, serem atribuídas aos respectivos bancos emissores, ficando o Tesouro Nacional com o prejuízo. Decidiu-se, então, que não mais seriam aproveitadas as estampas do Tesouro Nacional pelos bancos emissores.

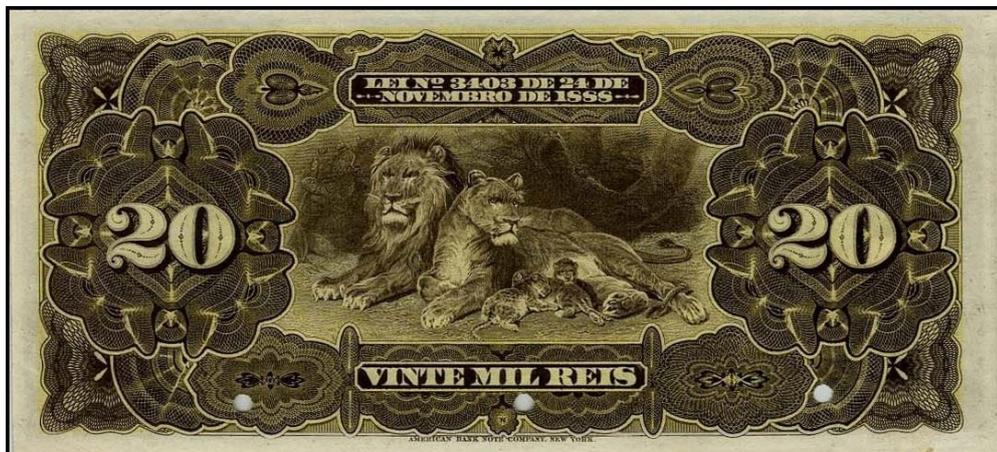
Vejamos a circular do Ministério da Fazenda endereçada aos fiscais dos bancos emissores:

*“Representando o inspetor da Caixa de Amortização em ofício n° 123 de 29 de junho último, de acordo com a resolução tomada pela respectiva junta administrativa, sobre a conveniência de se fazer cessar a confusão, que atualmente existe, dos bilhetes dos bancos emissores com as notas do Tesouro, por serem das mesmas estampas, e distinguirem-se apenas uns dos outros por terem os daqueles bancos carimbos mal impressos, que se obliteram facilmente na circulação, do que deve resultar grande prejuízo ao Tesouro, em razão de se tornar difícil reconhecer as suas notas e as dos ditos bancos, uma vez que se apaguem taes carimbos e as assinaturas, como é fácil acontecer: vos comunico para os devidos efeitos, que fica marcado a esse banco o prazo de seis meses para recolher as notas no caso de que se trata, e substitui-las por outras impressas para ele. Barão de Lucena”. (in: Jornal do Brasil, 2 de agosto de 1891, p.2) (fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).*

---

<sup>25</sup> Em contrapartida, o Almanaque *Laemmert* para o ano de 1891 lista cerca de 120 bancos comerciais (não emissores), estabelecidos no Rio de Janeiro. Entre os mais exóticos, para ficarmos em poucos exemplos, temos: o *"Brasilianische Bank für Deutschland"*; o *Banco Edificador e Hypothecario Suburbano*; o *Banco Cauçionador Mercantil*; o *Banco Italia-Brazile*; o *"London & Brazilian Bank"* e o *"Banco Central do Brazil"*.

## Dos valores e das estampas dos bilhetes



**Figura 8** – Reverso do *specimen* do bilhete de 20 mil-réis do **Banco da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 1891 (P.S631; JM. LF74). Bilhete aproveitado do Banco Nacional do Brasil (P.S626; JM. LF59) através de superimpressão com o nome do novo banco em tinta preta (no anverso)<sup>26</sup>. A vinheta é a mesma da figura 9. Acima da vinheta temos a menção ao **Decreto nº 3.403 de 24 de novembro de 1888**, que permitia aos bancos, mediante certas condições, **a emissão de bilhetes ao portador** e à vista, conversíveis em moeda corrente. Impressão: *American Bank Note Company* – ABNCo. (185 mm x 80 mm).

Sobre os bilhetes a serem entregues pela Caixa de Amortização aos bancos emissores, temos os artigos 8º e 9º do Decreto nº 10.262, de 6 de julho de 1889, que regulamentava o Decreto nº 3.403 de 24 de novembro de 1888, temos:

*“Art. 8º – Os bilhetes serão dos valores de 10\$, 20\$, 30\$, 50\$, 100\$, 200\$ e 500\$, guardada entre eles a proporção que as companhias reclamarem. Cada valor terá estampa ou desenho diferente; mas a mesma estampa ou desenho servirá para todas as companhias. As agências ou caixas filiais terão os mesmos bilhetes das caixas matrizes.*

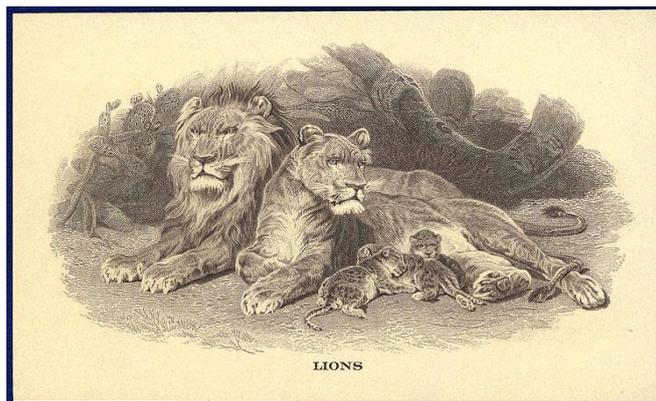
*Art. 9º – Além da numeração e designação da série e estampa, os bilhetes devem conter:*

- a) A inscrição do valor que representam pagável ao portador e à vista em moeda metálica;*
- b) O nome da companhia emissora, e a sua sede;*
- c) A assinatura de chancela do Tesoureiro da Caixa de Amortização;*
- d) A assinatura do próprio punho do diretor, administrador ou gerente da companhia, a quem pelos estatutos compita firmar as responsabilidades do estabelecimento.” (grifo nosso)*

<sup>26</sup> O aproveitamento de bilhetes não se restringiu aos do Tesouro Nacional. Nesse caso, os bilhetes foram aproveitados do *Banco Nacional do Brasil* que havia desaparecido na fusão com o *Banco dos Estados Unidos do Brasil* para formar o *Banco da República dos Estados Unidos do Brasil*.

Essas regras não foram aplicadas ao pé da letra. O Banco da Bahia, por exemplo, emitiu apenas bilhetes provisórios de 50 (P.S521; JM.375°) e 100 (P.S522; JM.376°) mil-réis. O Banco de Crédito Popular do Brasil foi autorizado, posteriormente, a emitir bilhetes de pequeno valor (além dos autorizados pela lei de 1889), acreditamos que para facilitar o troco. Os valores eram de 1, 2 e 5 mil-réis, respectivamente, P.S550A; P.S550B; e P.S551; JM.LF112.

No que diz respeito às estampas que deveriam ser semelhantes para todos os bancos (alterando-se apenas o nome do banco) não foi uma constante. Muitos bancos emitiram bilhetes com estampas únicas, quer dizer, utilizadas por eles, apenas.



**Figura 9** – Vinheta da *American Bank Note Company* (ABNCo.) intitulada “*Lions at Home*”, ou seja, “*Leões em seu habitat natural*”, gravada por **James Smillie**<sup>27</sup> (1807-1885) da ABNCo. em 1885 e utilizada em 1889, no reverso dos bilhetes de 20 mil-réis do Banco do Brasil (P.S532; JM.LF53), do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (P.S631; JM.LF74), do Banco Mercantil de Santos (P.S612) e do Banco Nacional do Brasil (P.S626; JM.LF59). Também foi utilizada em outros trabalhos da ABNCo. como no anverso do bilhete de 500 pesos do “*El Banco de Londres e Mexico*” de 1889-1913 (P.S238). (s/d, reimpressão moderna a partir de chapas originais, cerca de 1990). (87 mm x 53 mm).

**James Smillie** – gravador americano de origem escocesa (1807-1885). Entre outras realizações, foi gravador da *American Bank Note Company* (ABNCo.). No momento de sua morte ele trabalhava na vinheta denominada “*Lions at Home*”. Seu filho, o gravador **James D. Smillie** (1833-1909), se lembra: “Era o último trabalho que o meu pai fazia e seria uma grande decepção para ele se não pudesse viver para terminá-lo. Para mim, havia pouca coisa a fazer para terminar seu trabalho. Faltavam apenas alguns acessórios e o toque final. Os animais estão quase como ele os deixou. Quando eu me sentei com ele em 5 de novembro de 1885, ele na cama com a prova na mão, eu lhe dei um lápis e lhe pedi que assinasse. Ele o fez – foi a última coisa que ele escreveu. Ele morreu em 4 de dezembro seguinte. Quando terminei o trabalho eu gravei sua assinatura. (in: Letra de James D. Smillie a Charles Henry Hart, 19 de fevereiro de 1888. Reimpressa no *American Historical Print Society*. News Letter. Vol. 23, nº3 (Winter 1999).

<sup>27</sup> Esse gravador também é o realizador da gravura do “*Lion's Head*”, ou seja, “*Cabeça de Leão*”, cujo desenho é de autoria da artista *Rosa Bonheur*. A gravura foi utilizada no anverso do bilhete de 100 mil-réis (P.S553) do Banco de Crédito Popular do Brasil em 1893, para ficarmos em um único exemplo.

Na sequência, apresentamos, brevemente, os bancos que deram origem ao atual Banco do Brasil.

#### Banco dos Estados Unidos do Brasil, no Rio de Janeiro (1890)



**Figura 10** – Anverso da prova (*proof*), em cartão, para o bilhete de 30 mil-réis do **Banco dos Estados Unidos do Brasil**, de novembro de 1890 (P.S607), 1ª Estampa, 1ª Série, N°0000. Chancela de Antonio Arnaldo Viera da Costa (Tesoureiro da Caixa de Amortização). À esquerda, mulher com barrete frígio. No centro, à esquerda, temos um navio a vapor em mar agitado. À direita, garota cheirando flores “*inocência*”. Impressão: “*American Bank Note Company – ABNCo.*” Para emissão com base metálica. **Não emitido.** Quantidade impressa: 100.000.

O Banco dos Estados Unidos do Brasil foi criado pelo Decreto n° 190 de 29 de janeiro de 1890. Tinha sua sede no Rio de Janeiro, na Rua do Hospício<sup>28</sup>, n° 1 e como Presidente o Conselheiro Francisco de Paula Mayrink.

Foi autorizado a emitir bilhetes ao portador pelo Decreto n° 165 de 17 de janeiro de 1890 sobre base de apólices e pelo Decreto n° 253 de 8 de março daquele mesmo ano<sup>29</sup>, sobre base metálica.

Inicialmente, era prevista uma circunscrição para as emissões dos bancos (Art. 1° §1° do Decreto n° 165 de 17 de janeiro de 1890). Assim, o Banco dos Estados Unidos do Brasil podia emitir na Região Central, que abrangia os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina. Mais tarde, houve a transferência da circunscrição dos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina para o Banco União de São Paulo.

<sup>28</sup> Quer dizer, rua do “*hospital*”, atual Rua Buenos Aires, no Rio de Janeiro.

<sup>29</sup> Houve um erro na elaboração desse Decreto, eis que na parte da autorização propriamente dita, o nome do banco, Banco dos Estados Unidos do Brasil, foi omitido. O Decreto n° 700-A, de 29 de agosto de 1890, corrigiu o erro.

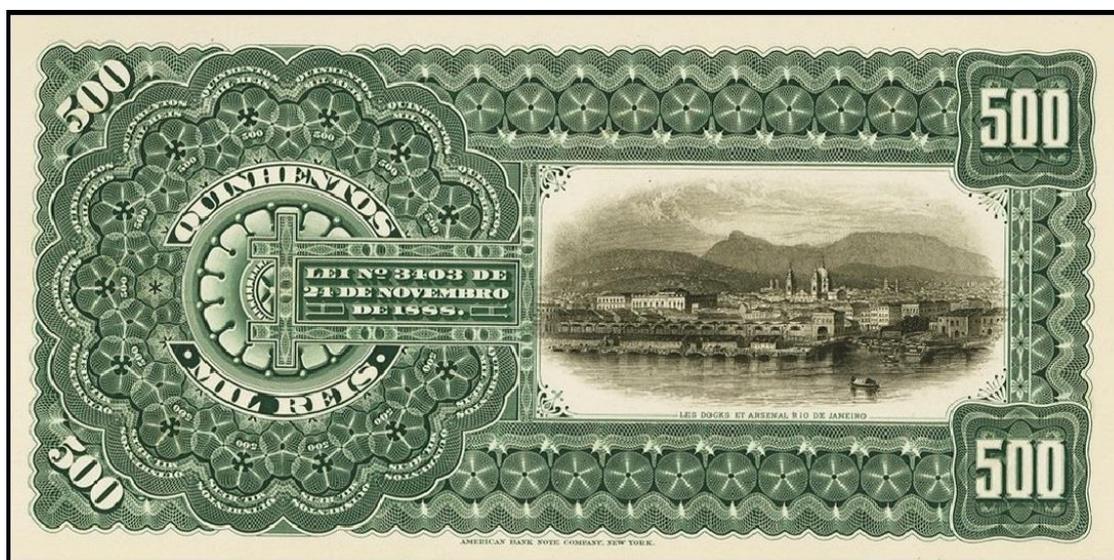
Quando da emissão do bilhete de 10 mil-réis (P.S602; JM.LF67), esse recebeu uma superimpressão no reverso: “*Circula em todos os Estados da República*”. Assim, acreditamos que, finalmente, o dispositivo não foi aplicado.

Inicialmente, o Banco colocou em circulação bilhetes aproveitados do Tesouro Nacional com superimpressão.<sup>30</sup> Os valores dessa emissão provisória com base em apólices eram: 10, 20, 50 e 200 mil-réis, que haviam sido impressos pela *American Bank Note Company* (ABNCo.).

Os bilhetes próprios do Banco foram impressos pela *Giesecke & Devrient* (G&D)<sup>31</sup> e pela ABNCo. Os valores eram: 5, 10, 20, 50, 100, 200, 30, 50 e 500 mil-réis (figura 1).

De todos esses bilhetes, foram emitidos apenas dois valores, com base metálica, quais sejam, o de 10 mil-réis da (G&D)<sup>32</sup> e o de 500 mil-réis (ABNCo.)<sup>33</sup>.

O Banco dos Estados Unidos do Brasil foi fusionado com o Banco Nacional do Brasil pelo Decreto nº 1.154 de 07/12/1890, para formar o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil.



**Figura 11** – Reverso do bilhete de 500 mil-réis do **Banco dos Estados Unidos do Brasil**, de 1890. (P.S607B, JM.LF68), 1ª Estampa. À direita, temos “*Les Docks et Arsenal Rio de Janeiro*”<sup>34</sup>. Com o mesmo título e uma imagem semelhante, temos a fotografia de Marc Ferrez de 1880, que acreditamos ter servido para a elaboração da gravura deste bilhete, apesar de não termos conseguido confirmar essa informação. À esquerda, temos a referência à Lei nº3.403 de 24 de novembro de 1888, que permitiu a volta da pluralidade bancária emissora (terceiro período). Impressão: “*American Bank Note Company – ABNCo.*” Emissão com base metálica. (205 mm x 100 mm). O anverso deste bilhete é o da figura 1.

<sup>30</sup> É provável que a *Laemmert & Co.* tenha realizado o trabalho de superimpressão desses bilhetes.

<sup>31</sup> Com a participação de *Laemmert & Co.* A G&D é uma empresa alemã, originária de Leipzig.

<sup>32</sup> Bilhete semelhante ao da figura 15, emitido pelo Banco da República dos Estados Unidos do Brasil.

<sup>33</sup> O *Word Paper Money* informa que o bilhete de 500 mil-réis não teria sido emitido. Discordamos dessa informação, mas é provável que esse bilhete tenha sido emitido juntamente com a emissão do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil.

<sup>34</sup> As Docas e o Arsenal do Rio de Janeiro.

Os bilhetes remanescentes (não emitidos) desse banco foram aproveitados pelo *Banco de Crédito Popular do Brasil*. Os valores foram: 5, 20, 100 e 200 mil-réis, todos impressos pela G&D.

#### Banco Nacional do Brasil no Rio de Janeiro (1889-1890)



**Figura 12** – Anverso do specimen do bilhete de 500 mil-réis do **Banco Nacional do Brasil**, de 1890 (P.S630; JM.LF61), 1ª Estampa, 1ª Série, N°. Chancela de Antonio Arnaldo Viera da Costa (Tesoureiro da Caixa de Amortização). À esquerda, medalhão oval com efígie de mulher. No centro, temos um navio a vapor em alto mar (ainda com as velas) e, à direita, figura de mulher portando uma flâmula com uma cornucópia, tendo um trem e um navio aos seus pés (Alegoria da Abundância). Impressão: “Waterlow & Sons” (W&S)<sup>35</sup>. Para emissão com base metálica, “Nos termos do Decreto n° 253 de 8 de março de 1890”, que ampliou a emissão de bilhetes ao duplo do depósito em ouro. Esse bilhete é semelhante ao do mesmo valor do *Banco Mercantil de Santos* (P.S616), que não foi emitido (181 mm x 104 mm).

O Banco Nacional do Brasil foi autorizado a funcionar pelo Decreto n° 10.369 de 28 de setembro de 1889, ainda no Império. O objetivo inicial do banco era fomentar a agricultura e a reestruturação das fazendas afetadas pelo novo regime de trabalho advindo da Abolição, conforme a política do último Gabinete Imperial.

Com o advento da República e da nova Lei Bancária (Decreto n° 165 de 17 de janeiro de 1890), a prioridade foi alterada para os investimentos de natureza comercial e industrial.

<sup>35</sup> Foi um impressor inglês e maior concorrente da *ABNCo.* na época. Sobre esse assunto, veja a matéria de nossa autoria, “*Waterlow & Sons impressores de papel-moeda e outros documentos de segurança (1810-1961)*” publicada no Boletim da AFSC, n°66, de agosto de 2012, págs. 4-15.

A autorização para emitir, como em geral para as demais “*companhias anônimas*”, havia sido dada pelo Decreto nº 10.262 de 6 de junho de 1889. Foi autorizado a aumentar a emissão pelo Decreto nº 253 de 8 de março de 1890.

Inicialmente, o Banco colocou em circulação bilhetes aproveitados do Tesouro Nacional, alterados e superimpressos por *Laemmert & Co.* do Rio de Janeiro (veja figura 7). Os valores eram: 10 (P.S621; JM.354), 100 (P.S622; JM.355), 200 (P.S623; JM.356) e 500 (P.S624; JM.357) mil-réis, todos impressos pela ABNCo. Esses bilhetes traziam a efígie de D. Pedro II, eis que remanescentes das emissões do Tesouro Nacional do período imperial<sup>36</sup>.

Como se trata de bilhetes que foram reaproveitados, a atenção deve ser voltada às superimpressões.



**Figura 13** – Anverso do *specimen* do bilhete de 10 mil-réis do **Banco Nacional do Brasil**, de 1890 (P.S625; JM.LF58)<sup>37</sup>, 1ª Estampa, 2ª Série, N°0000. Chancela de Antonio Arnaldo Viera da Costa (Tesoureiro da Caixa de Amortização). À direita, Alegoria da Justiça e da Indústria e à esquerda, Alegoria da Agricultura e do Comércio. No centro, figura de dois cupidos. Emissão com base metálica, “Nos termos do “Decreto nº 253 de 8 de março de 1890”. Quantidade impressa: 1.000.000 (180 mm x 80 mm).

Os bilhetes próprios do Banco foram impressos pela ABNCo. e pela W&S, os valores eram: 10 (P.S625; JM.LF58) e 20 (P.S626; JM.LF59) mil-réis, da ABNCo. e 100 (P.S628; JM.LF62), 200 (P.S629; JM.LF60) e 500 (P.S630; JM.LF61) mil-réis da W&S.

O valor de 30 mil-réis (P.S627; JM.364) foi impresso pela W&S, mas não foi emitido.

Em 7 de dezembro de 1890, através do Decreto nº 1.154, o Banco Nacional do Brasil fusionou com o Banco dos Estados Unidos do Brasil, para formar o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil.

<sup>36</sup>A título informativo, as cédulas do Tesouro Nacional que traziam a efígie de D. Pedro II, seriam desmonetizadas, por completo, apenas em 1922, ano do Centenário da Independência.

<sup>37</sup>Essa mesma estampa (alterando-se apenas o nome do banco) foi utilizada para o 10 mil-réis do Banco do Brasil (P.S531) e do Banco Mercantil de Santos (P.S611).

## Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (1890-1892)



**Figura 14** – Anverso da prova (*proof*), em cartão, do bilhete de 500 mil-réis do **Banco da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 1891 (P.S650; JM.LF83), 1ª Estampa, 1ª Série, Nº 00000 (Nº1 a 69000). Chancela de Antonio Arnaldo Viera da Costa (Tesoureiro da Caixa de Amortização). No centro, temos a Alegoria da Justiça. À direita, Alegoria da Liberdade e à esquerda, um veleiro representando o Comércio. Impressão: “*American Bank Note Company – ABNCo.*” Emissão com base metálica. Semelhante à figura 1, com a alteração do nome do banco e da legislação pelo *Decreto nº 1.154 de 7 de dezembro de 1890*. (205 mm x 100 mm). Quantidade impressa: 100.000. É possível identificar a linha pontilhada à esquerda do bilhete onde se fazia o destaque do talonário. Assim, ficava no canhoto a identificação do bilhete, a Estampa, a Série e a numeração. A título de comparação, verificamos que outros bilhetes impressos pela ABNCo. nessa época, para outros bancos privados, apresentavam a mesma característica, ou seja, vinham em talonários. Por exemplo, o bilhete de 5 pesos do “*El Banco Espanol de La Isla de Cuba*” de 1897 (P.S48c).

O Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, como vimos, nasceu da fusão do Banco Nacional do Brasil e do Banco dos Estados Unidos do Brasil, através do Decreto nº 1.154 de 07/12/1890. Começou suas operações em 1º de fevereiro de 1891, no edifício do antigo Banco dos Estados Unidos do Brasil, na Rua do Hospício, nº 1, e nas antigas filiais e agências do Banco Nacional do Brasil. Seu primeiro presidente foi o Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, antigo presidente do Banco dos Estados Unidos do Brasil.

Inicialmente, o Banco colocou em circulação bilhetes aproveitados do Banco Nacional do Brasil, com superimpressão. Os valores foram: 20 (P.S631; JM.LF74), 100 (P.S632; JM.LF75), 200 (P.S633; JM.LF76) e 500 (P.S634; JM.LF77) mil-réis.

Do Banco dos Estados Unidos do Brasil foi aproveitado o valor de 500 mil-réis (P.S635; JM.LF73). Meili informa que se trata dos números 21000 a 50000 e não menciona a existência de superimpressão. O *World Paper Money* menciona a existência da superimpressão, qual seja, o “*nome do novo banco*”. Desconhecemos a existência desse bilhete com superimpressão<sup>38</sup>. No entanto,

<sup>38</sup> Provavelmente um equívoco. Estamos pesquisando.

conhecemos, pelo menos, três exemplares sem superimpressão, com os seguintes números: 26597, 34332 e 36215.



**Figura 15** – Anverso da amostra (*specimen*) do bilhete de 10 mil-réis do **Banco da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 1891 (P.S645; JM.LF78), 1ª Estampa, 1ª Série, N° 064003 (N°1 a 78.680). Chancela de Antonio Arnaldo Viera da Costa (Tesoureiro da Caixa de Amortização). À esquerda, temos a Alegoria da Agricultura. À direita, uma palmeira e um arado manual. Impressão: “Giesecke & Devrient” (G&D) com participação de Laemmert & Co. do Rio de Janeiro. Emissão com base metálica. Semelhante ao tipo emitido pelo Banco dos Estados Unidos do Brasil.<sup>39</sup> (170 mm x 80 mm). Interessante notar que a legislação indicada no bilhete, qual seja, o Decreto N° 253, de 8 de março de 1890, havia sido elaborado para os bancos que vieram a formar o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, quais sejam, o Banco Nacional do Brasil e o Banco dos Estados Unidos do Brasil.

Os bilhetes próprios do Banco foram impressos pela ABNCo. e pela G&D. Os valores impressos pela ABNCo. foram os seguintes: 10 (P.S641; JM.LF69), 20 (P.S642; JM.LF70), 50 (P.S643; JM.LF71), 50 (P.S647; JM.LF80), 100 (P.S648; JM.LF81), 200 (P.S644; JM.LF72), 200 (P.S649; JM.LF82) e 500 (P.S650; JM.LF83) mil-réis.

Dos impressos pela G&D, temos: 10 (P.S645; JM.LF78) e 30 (P.S646; JM.LF79) mil-réis.

Esse banco teve vida curta. Em dezembro de 1892 foi fusionado com o Banco do Brasil para formar o Banco da República do Brasil. Com a fusão desses dois bancos, os demais perderam a faculdade emissora, passando-se a um período de **unidade bancária emissora**, por parte do Banco da República do Brasil.

Os bilhetes dos bancos que perderam a faculdade de emitir e os do Banco da República do Brasil circularam até o início do Século XX.

<sup>39</sup> As diferenças são as seguintes: o nome do banco, uma superimpressão existente no centro, logo abaixo do valor por extenso, indicando que se tratava de uma emissão com base metálica (os bilhetes haviam sido preparados para emissão garantida por apólices). No reverso, o bilhete havia sido preparado para emissão por regiões, o que foi mudado. Assim, o bilhete recebeu uma superimpressão, indicando que circulava em todos os Estados da República.

## Banco do Brasil (1853-1892)



**Figura 16** – Anverso da prova (*proof*), em cartão, do bilhete de 100 mil-réis do **Banco do Brasil**, de 1890 (P.S526; JM.LF49), 1ª Estampa, Série B, N° 00000. Reemissão, semelhante à emissão de 1860 (P.S254; JM.300\*). Chancela de Antonio Arnaldo Viera da Costa - Tesoureiro da Caixa de Amortização (não aparece na imagem). À esquerda, medalha oval com a figura de São Sebastião. À direita, Alegoria da Justiça. No centro, locomotiva a vapor (vinheta de Mosley Issac Danforth, intitulada “*Train of Cars*” de 1858). Quantidade impressa: 40.000. Séries: 220.001-260.000. Impressão: “*American Bank Note Company – ABNCo.*” Emissão com base metálica. (210 mm x 110 mm).

O Banco do Brasil<sup>40</sup> foi fundado em 1853, fruto da fusão do Banco do Brasil de Mauá com o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Teve o monopólio de emissão de 1853 a 1857 (***unidade bancária emissora***).

De 1857 a 1862, como vimos, o Banco do Brasil emitiu concomitantemente com outros bancos privados e, de 1862 a 1866, ficou com a responsabilidade exclusiva de emissão de bilhetes bancários.

Em 1866, devido à crise financeira, teve suspenso o direito de emissão, sendo que o Tesouro Nacional ficou responsável pelo recolhimento dos bilhetes. Em 1889, por ocasião da Proclamação da República, ainda existiam em circulação bilhetes do Banco do Brasil e de suas Caixas Filiais e dos Bancos do Maranhão, Pernambuco e Bahia.

Com a volta da ***pluralidade bancária emissora*** (terceiro período) a partir de 1888, voltou o Banco do Brasil a ter a faculdade emissora<sup>41</sup>.

As emissões tiveram início em 1890 através da reemissão das estampas de 1860. Assim, foram aproveitadas as matrizes existentes para imprimir novos bilhetes, com as mesmas características da emissão de 1853. A diferenciação se faz pela existência da Chancela do Tesoureiro da Caixa de Amortização (Antonio Arnaldo Viera da Costa) e da numeração.

<sup>40</sup> O terceiro com este nome.

<sup>41</sup> Através do Decreto n°10.262 de 6 de julho de 1889 e do Decreto n° 253 de 8 de março de 1890.

Os valores da reemissão foram os seguintes: 50 (P.S525), 100 (P.S526; JM.LF49), 200 (P.S527; JM.LF50) e 500 (P.S528; JM.LF51) mil-réis. Todos esses bilhetes foram impressos pela ABNCo.

No que diz respeito às novas estampas emitidas pelo banco, elas guardam semelhança com as dos demais bancos do período. Foram impressas pela ABNCo. e pela W&S.

Da ABNCo., temos os valores de 10 (P.S531; JM.LF52) e 20 (P.S532; JM.LF53) mil-réis. Da W&S, temos os valores de 50 (P.S533; JM.LF54), 200 (P.S534; JM.LF55) e 500 (P.S535; JM.LF56) mil-réis.



**Figura 17** – Anverso do *specimen* do bilhete de 20 mil-réis do **Banco do Brasil**, de 1890 (P.S532; JM.LF53), 1ª Estampa, 11ª Série, Nº. Chancela de Antonio Arnaldo Viera da Costa - (Tesoureiro da Caixa de Amortização). À esquerda, medalha oval com vinheta denominada “The Reapers” (Os Ceifadores), gravada por Alfred Sealey da ABNCo., em 1860. À direita, Alegoria da Indústria. Quantidade impressa: 250.000. Impressão: “American Bank Note Company – ABNCo.” Emissão com base metálica. (188 mm x 90 mm). O reverso desse bilhete é semelhante ao da figura 8.

Como vimos, o Banco do Brasil fusionou-se em 1892 com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, para formar o Banco da República do Brasil.

### **Banco da República do Brasil (1892-1905)**

Resultado da fusão dos dois maiores bancos do período, o Banco do Brasil e o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Essa fusão pôs fim ao terceiro período de **pluralidade bancária emissora**.

O Banco da República do Brasil unificou a faculdade emissora e ficou encarregado de substituir os bilhetes dos demais bancos.<sup>42</sup>

<sup>42</sup> Ao que tudo indica não veio a ocorrer. Posteriormente, o Tesouro Nacional ocupou-se dessa tarefa.

Em 1893, emitiu, provisoriamente, bilhetes aproveitados do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. A diferenciação dos bilhetes se faz apenas pela numeração eis que não receberam superimpressões.

Os valores foram:

1ª emissão: 10 (P.S656; JM.LF113), 20 (P.S657; JM.LF114), 50 (P.S658; JM.LF115) e 200 (P.S659; JM.LF116) mil-réis.

2ª emissão: 10 (P.S661; JM.LF117), 30 (P.S662; JM.LF118), 50 (P.S663; JM.LF119), 100 (P.S664; JM.LF120), 200 (P.S665; JM.LF121) e 500 (P.S666; JM.LF122) mil-réis.



**Figura 18** – Anverso da amostra (*specimen*) do bilhete de 10 mil-réis do **Banco da República do Brasil**, de 1893 (P.S671s; JM.LF124), 2ª Estampa, 10ª Série, N°. Chancela de Antonio Arnaldo Viera da Costa (Tesoureiro da Caixa de Amortização). À esquerda, temos a Alegoria da Liberdade. À direita, Alegoria da Vitória, do Triunfo e da Paz. Impressão: “Giesecke & Devrient” (G&D) com participação de Laemmert & Co. do Rio de Janeiro. Emissão com base metálica. (171 mm x 80 mm). (Fonte da imagem: Museu de Valores do Banco Central).

Os bilhetes próprios foram impressos pela G&D com a participação de Laemmert & Co.

Os valores foram os seguintes: 10 (P.S671; JM.LF123 e 124), 20 (P.S675; JM.LF125), 30 (P.S676; JM.LF126), 50 (P.S672; JM.LF127 e P.S677), 100 (P.S678; JM.LF128), 200 (P.S679; JM.LF129) e 500 (P.S680; JM.LF130) mil-réis.

Em 1896, o banco perdeu o direito de emissão, assumindo o Governo a responsabilidade pelos bilhetes em circulação. Posteriormente, o Governo substituiu os bilhetes do banco por cédulas do Tesouro Nacional.

O Banco da República do Brasil praticamente faliu e foi reestruturado pelo Governo e veio a formar o novo Banco do Brasil, em 1905. Como vimos, 5º efetivo e 4º de nome.



**Figura 19** – Anverso da amostra (*specimen*) do bilhete de 500 mil-réis do **Banco da República do Brasil**, de 1893 (P.S680; JM.LF130), 1ª Estampa, 1ª Série, N°. Chancela de Antonio Arnaldo Viera da Costa (Tesoureiro da Caixa de Amortização). No centro, temos uma águia com as asas reclinadas sobre a Alegoria de Minerva, à esquerda e sobre a alegoria de Netuno, à direita. No canto inferior direito do bilhete, temos o brasão da República, o globo, uma âncora, uma bússola, uma cornucópia e um farol. Impressão: “Giesecke & Devrient” (G&D) com participação de Laemmer & Co. do Rio de Janeiro. Emissão com base metálica. (215 mm x 110 mm). (Fonte da imagem: Museu de Valores do Banco Central).

## Conclusão

Como vimos, o terceiro período de **pluralidade bancária emissora** (1888-1893) viu surgir 14 novos bancos emissores. Dentre eles, temos aqueles que vieram a dar origem ao atual Banco do Brasil, em 1905.

Assim, devido à crise financeira, o Banco dos Estados Unidos do Brasil (1890) foi fusionado com o Banco Nacional do Brasil (1889-1890) para formar o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (1890-1892), que por conseguinte fusionou-se com o Banco do Brasil (1853-1892), colocando fim ao terceiro período da **pluralidade bancária emissora** e formando o Banco da República do Brasil (1892-1905).

O Banco da República do Brasil, que muitos consideram como o 4º Banco do Brasil, veio a perder o direito de emitir em 1896. Praticamente falido, passou por uma reestruturação, com ajuda governamental, e voltou, em 1905, a se chamar Banco do Brasil, nome que vem até os nossos dias.

Os bilhetes desses bancos foram todos impressos por empresas estrangeiras, apesar de já existirem algumas iniciativas da Casa da Moeda para se imprimir no Brasil. Assim, a ABNCo. (*American Bank Note Company de Nova York*), a W&S (*Waterlow & Sons de Londres*) e a G&D (*Giesecke & Devrient de Leipzig*) imprimiram todos os bilhetes dos bancos desse terceiro período de pluralidade bancária emissora.



**Figura 20** – Detalhe do reverso da amostra (*specimen*) do bilhete de 500 mil-réis do **Banco da República do Brasil**, de 1893 (P.S680; JM.LF130), figura 19. Vista do Porto do Rio de Janeiro. (Fonte da imagem: Museu de Valores do Banco Central).

Temos notícias de que, no período, as emissões bancárias vieram a suplantar as emissões do Tesouro Nacional<sup>43</sup>.

A crise do Encilhamento não engendrou a desvalorização brutal da moeda como ocorreu, por exemplo, na Alemanha após a 1ª Guerra Mundial ou na Hungria após a 2ª Guerra Mundial.

São vários os fatores da particularidade da crise brasileira, entre eles podemos citar a incipiente industrialização do país e a fraca densidade populacional, cerca de 15 milhões de habitantes, em 1890.

---

<sup>43</sup> Até mesmo serem duas vezes superiores. Estamos pesquisando o assunto. Em 1899, os bilhetes dos bancos privados, ainda não recolhidos, representavam cerca de 50% do Meio Circulante.

A crise atingiu principalmente o Rio de Janeiro, sede dos principais bancos e capital do país na época. Na Bahia, por exemplo, ela chegou tardiamente e de maneira atenuada.

Os bilhetes de circulação são, praticamente, todos muito raros. Os *specimens* ainda podem ser encontrados em leilões.

Julius Meili nos informa que havia 69<sup>44</sup> variantes de bilhetes dos bancos privados em recolhimento, em dezembro de 1900.

Somados os bilhetes dos bancos privados com as cédulas do Tesouro Nacional, teríamos, em 1900, cerca de 102 variantes e um imenso material de pesquisa.

### **Bibliografia**

- **Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940** (Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional – Brasil).
- AMANDRY, Michel. *Dictionnaire de Numismatique*. Paris: Larousse, 2006.
- **Boletins da AFSC** (diversos números).
- *Brasilian Government Documents - Ministerial Reports (1821-1960): Fazenda. Latin American Microfilm Project (LAMP), Center for Research Libraries (CRL), Chicago.*
- DE ANDRADA, Antonio Carlos Ribeiro. **Bancos de Emissão no Brasil**. Rio de Janeiro (1923).
- CAVALCANTI, Amaro. **O Meio Circulante Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- **Editais da Caixa de Amortização**, diversos entre 1888 e 1900.
- **Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro** (diversos números entre 1890 e 1899). Biblioteca Nacional Digital – Brasil.
- GONÇALVES, Cleber Baptista. **Casa da Moeda do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, 2ª Edição, 1989.
- GRIFFITHS, Willian H. *The Story of American Bank Note Company*. American Bank Note Company, New York, 1959.
- **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional** (Jornais diversos).
- **Heritage Auctions** (<https://currency.ha.com>).
- **Iconografia de Valores Impressos do Brasil**. Banco Central do Brasil. Brasília 1979.
- LISSA, Violo Idolo. **Catálogo do Papel-Moeda do Brasil, 1771-1986, Emissões oficiais, bancárias e regionais**. 3ª edição, Brasília, Editora Gráfica Brasileira Ltda., 1987.

---

<sup>44</sup> Estamos desenvolvendo a lista destes bilhetes e também das 33 cédulas do Tesouro Nacional circulantes nessa época.

- MAGALHÃES, Augusto F. R. **Os Bancos Centrais e sua Função Reguladora da Moeda e do Crédito**. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1971.
- MAGAN, Ricardo M. **American Bank Note Company Archives**, First Edition, 2005.
- MEILL, Julius. **O Meio Circulante no Brasil. Parte III – A Moeda Fiduciária no Brasil 1771-1900**, Zurique, Tipografia de Jean Frey, 1903.
- **O Encilhamento**, Artigo de Maria Bábara Levy – *Economia Brasileira: Uma Visão Histórica* – Editora Campus – Rio de Janeiro, 1980.
- **O Museu de Valores do Banco Central do Brasil**. São Paulo, Banco Safra, 1988.
- **Relatórios do Ministério da Fazenda** (diversos).
- **Standart Catalog of World Paper Money – Specialized Issues**, Edited by George S. Cuhaj. Krause Publications, 12th Edition, Iola, 2013.
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. **Dinheiro no Brasil**. Rio de Janeiro: Leo Cristiano Editorial Ltda., 2ª edição, 1987.
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. **Iconografia do Meio Circulante**. Vol. 8 das publicações oficiais do Sesquicentenário da Independência - Gerência do Meio Circulante - Banco Central do Brasil – 1972.
- VIEIRA DO AMARAL, José Vinicius. **Catálogo J. Vinicius de Cédulas do Brasil** (Cédulas do Brasil de 1773 á 1980), 1ª edição, 1981.
- WIKIPÉDIA (pesquisas diversas).

(\*) Marcio Rovere Sandoval  
E-mail: [marciosandoval@hotmail.com](mailto:marciosandoval@hotmail.com)  
Blog: <http://sterlingnumismatic.blogspot.ca>

### Você sabia?...

No final do século XIX, tornaram-se populares no Brasil as remessas de bilhetes-postais e cartões-postais, que circulavam pelos correios sem envelopes e, portanto, com suas mensagens expostas a olhares curiosos. A preocupação governamental com a privacidade pode ser observada por decretos do Imperador D. Pedro II, entre 1880 e 1894, segundo os quais os carteiros e quaisquer outros empregados dos correios ficavam obrigados, sob as penas legais, a guardar inteiro segredo a respeito do conteúdo daquelas mensagens. Mas eram esses mesmos funcionários que tinham a responsabilidade de censurar aquelas que tivessem “proposições indecentes, ofensivas aos bons costumes e à moral pública”.

# Agência Postal de Canasvieiras – SC

Luis Claudio Fritzen – Florianópolis, SC

**Canasvieiras** é um bairro à beira-mar e uma praia localizada no Norte da Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, entre as praias de Jurerê e Cachoeira do Bom Jesus (figura 1). É sede do distrito que leva o mesmo nome. Possui autossustentabilidade, com um comércio bastante diversificado. O acesso ao bairro, na atualidade, é feito principalmente pela SC-401, rodovia estadual que faz a ligação entre a região central da cidade e o norte da ilha.



Figura 1

Há algumas teorias sobre a origem do topônimo "Canasvieiras". Uma delas conta que se deve a um certo Senhor Vieira, que teria possuído uma plantação de cana-de-açúcar naquela localidade. No entanto, uma explicação mais aceita, historicamente, seria o fato de uma espécie de cana-de-açúcar, a "cana-viera" (*Arundo donax*), ter sido bastante cultivada na região. Tal espécie é nativa do continente asiático, mas há séculos era plantada nas Ilhas dos Açores. De fato, a praia é identificada como "Praia Cana Vieiras", num mapa de 1786.



Figura 2

Mas a colonização iniciou-se antes, entre os anos de 1748 e 1753, com imigrantes oriundos das ilhas portuguesas dos Açores e Madeira, que vieram por insistência do brigadeiro José da Silva Paes (1679-1760) (figura 2), que ocupou o posto de governante da capitania de Santa Catarina de 1739 a 1749. Foi ele quem propôs a alteração da sede da província de Santa Catharina, do continente para a Ilha de Santa Catarina e começou a edificar o seu sistema defensivo, com os fortes de Santa Cruz em Anhatomirim e São José da Ponta Grossa e Santo Antônio, na ilhota de Ratonas.

A paróquia, denominada São Francisco de Paula de Canavieira, foi criada pelo Alvará de 22 de abril de 1750. Foi construída a igreja em 1833 (figura 3). Passou à condição de freguesia pela Lei Provincial nº 8, de 15 de abril de 1835, desmembrada da freguesia de Nossa Senhora das Necessidades (atual Santo Antônio de Lisboa). Foi elevada à condição de Vila, sede de novo Município de Canasvieiras, pela Lei Provincial nº 838, de 2 de maio de 1877. Porém, nunca chegou a instalar-se, sendo rebaixada dessa categoria pela Lei Provincial nº 850, de 14 de janeiro de 1880. A Sede do Município, finalmente, foi elevada à categoria de Vila, pelo Decreto-Lei nº 86 de 31 de março de 1938.



Figura 3

Hoje, alguns dos moradores mais antigos se referem ao bairro como Rua Velha, em função de uma das vias mais antigas da localidade. Em outros tempos, boa parte das casas de Canasvieiras era construída ao longo da Rua Velha, atualmente denominada Rodovia Tertuliano de Brito Xavier. A economia local girava em torno da pesca e da agricultura. Produziam-se mandioca, cana-de-açúcar, cebola, arroz e café, sendo que uma parte dessa produção atendia às necessidades das famílias e o excedente era comercializado nos bairros vizinhos ou no centro

da cidade. Alguns moradores tinham negócios próprios, como armazéns e engenhos. Existiam, também, as terras comunais, onde era possível criar gado, coletar frutos ou extrair lenha.

Canasvieiras possuía cerca de 3.500 habitantes no fim do século XIX. A primeira linha de ônibus foi criada em 1927, saindo às 5h30min de Cachoeira do Bom Jesus, vizinha a Canasvieiras, retornando do centro às 15h30min. De acordo com o censo de 1950, viviam, em Canasvieiras, apenas 364 habitantes, sendo 176 homens e 188 mulheres. Era conhecida, na época, como um centro de pescadores. O acesso se dava através de uma estrada, sem pavimentação, com cerca de 35 km.

Em 1940, houve a introdução da pesca embarcada, o que fez com que vários pescadores se mudassem para outros estados e a relação da comunidade com o dinheiro se alterasse. Na metade da década de 1950, a prefeitura aprovou o primeiro loteamento de Canasvieiras, o que trouxe mudanças significativas para a região. A partir de 1970, o projeto turístico pensado para Canasvieiras ganhou novos capítulos com a construção da SC-401, que tinha como principal objetivo facilitar o contato entre o Centro e os balneários do Norte da Ilha. A infraestrutura dos bairros passou por um processo de modernização, o que atraiu um maior fluxo de turistas e de investimentos na área da construção civil, especialmente em loteamentos.



Figura 4

Durante o verão, Canasvieiras se transforma em um dos destinos mais movimentados da ilha. A praia é uma das mais visitadas pelos turistas argentinos e uruguaios, devido ao mar tranquilo e à vida noturna. O mar de Canasvieiras (figura 4) é calmo e quente, apropriado para famílias com crianças. Ao largo da praia, não muito distante, há uma ilha particular, a Ilha do Francês, aonde é possível chegar de caiaque ou em lanchas alugadas. Por ser o balneário preferido pelos turistas argentinos em Florianópolis, muitos dos estabelecimentos comerciais contam com atendentes bilíngues.

Canasvieiras funciona como uma pequena cidade, contando com delegacia de polícia, posto de saúde, supermercado 24h, minishopping, loja de aluguel de carros, agências bancárias, de viagens e dos Correios (agora localizada na rua Jose Rosa n. 408) (figura 5), além de restaurantes, hotéis e pousadas.



Figura 5

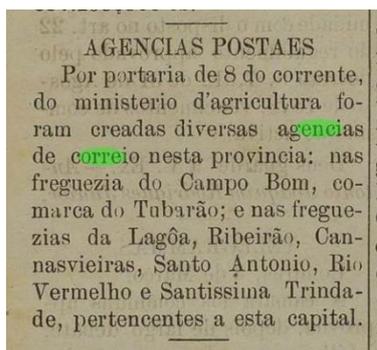


Figura 6

A agência postal, conforme o *Jornal do Commercio* de 14 de março de 1884 (figura 6), foi criada por Portaria ministerial no dia 8 daquele mês. Naquela oportunidade, foram estabelecidas várias outras agências no interior da Ilha de Santa Catarina. Todas funcionavam com apenas um agente, sem entrega domiciliar.

Carimbos remotos de Canasvieiras, em Santa Catarina, são difíceis de serem obtidos, mormente pela confusão com localidades homônimas na Bahia e no Piauí. Na obra de Paulo Ayres, há referência a um carimbo do tipo “francez”, com uma estrela entre parênteses, na parte inferior. Não indica à qual das localidades pertence. Mas Reinold Koester reproduz dois deles (figura 7). Um deles, circular comum, datado de 11 de junho de 1889 e outro, um sinete. O primeiro possui a grafia primitiva de “CANAVIEIRA” e referência à Província de Santa Catharina. O segundo, com pequena diferença, “CANAVIEIRAS”.

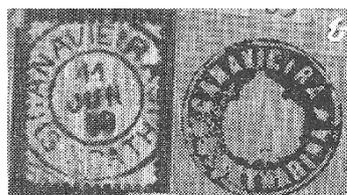


Figura 7

As correspondências oriundas de Canasvieiras, contendo marcas postais, são raras.

## BIBLIOGRAFIA

- AYRES, Paulo. Império do Brasil – Carimbos Postais, 1937.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Os Açorianos, publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, no 1º semestre de 1943.
- FRITZEN, Luis C. O Correio em Desterro, publicado na revista Santa Catarina Filatélica n. 51, de agosto de 2004.
- IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959.
- KOESTER, Reinhold. Carimbologia do Brasil Império, publicado na revista Brasil Filatélico n. 148, de outubro a dezembro de 1965.
- MONTEIRO, Fabio. Carimbologia do Brasil Clássico (Q-R), editado por ArGe Brasilien, 2019.
- MONTEIRO, Nova. Administrações e Agências Postaes do Brasil Império, publicado na revista Brasil Filatélico n. 11, de maio de 1935.
- SANTOS, Áureo G. Agências dos Correios Criadas e Suprimidas em 1851, 1855, 1856 e 1857, publicado na revista Brasil Filatélico n. 181, de julho de 1977.

## *Cronologia do Meio Circulante no Brasil*

Juliano Natal – Florianópolis, SC (\*)

No início da colonização do Brasil (1532), a maioria das transações comerciais era realizada fora do país. Na Colônia, quase não circulavam moedas e o comércio interno era realizado à base de trocas. Eram comuns pagamentos conduzidos em açúcar, algodão, fumo, ferro, cacau e cravo, entre outros meios. Isso, muitas vezes, legalizado pelo próprio governo. Como exemplo, no Rio de Janeiro, em 1614, o Governador Constantino Menelau definiu o açúcar como moeda legal: uma arroba de açúcar branco (15 kg) equivalia a 1.000 réis.

O Brasil importava grande quantidade de produtos de Portugal, especiarias dos países asiáticos e escravos do continente africano.

Tudo pago com açúcar, tabaco e pau-brasil<sup>1</sup>.

A história do meio circulante no Território Nacional teve início com a adoção de moedas de outros países, trazidas por colonizadores, missionários, invasores e piratas que comercializavam na costa brasileira. As poucas moedas que circularam por aqui eram portuguesas, espanholas, holandesas, alemãs e francesas, cuja equivalência monetária se dava em função de seu peso metálico intrínseco. Como ilustração, durante o domínio espanhol (1580-1640), a moeda mais usada foi o real hispano-americano, cunhado com a prata boliviana de Potosí, nos valores de 1, 2, 4 e 8 reales.



Oficialmente, a Provisão de 03 de março de 1568 é considerada como o primeiro documento legal que ordenou a circulação de moedas de cobre portuguesas no Brasil<sup>2</sup>. Eram as moedas de D. Sebastião I, que traziam os valores de 1, 3, 5 e 10 reais. Contudo, circulavam no Território Nacional com valor reduzido, prática adotada para evitar falsificações e o retorno (reexportação) para a Coroa.

Mesmo com essa medida tomada e com transações comerciais envolvendo moedas estrangeiras que aqui chegavam, a falta de dinheiro era grande: a quantidade de moedas em circulação apresentava-se insuficiente para atender às necessidades locais.

As primeiras moedas feitas no Brasil foram cunhadas pelos holandeses, durante o domínio de Pernambuco (1621-1654). Surgiram, em 1645, com a marca da Companhia de Comércio das Índias Ocidentais e eram utilizadas para pagamento de soldados. Em formato quadrado irregular, as moedas eram batidas, em ouro, nos valores de III, VI e XII florins e, em prata, no valor de XII soldos. Segundo Salazar (1994), também foram produzidas moedas em ouro de XXIV florins e em prata nos valores de X, XX e XXX soldos<sup>3</sup>.

A partir de 1680, a falta de moeda em Território Nacional foi alarmante, a tal ponto que houve comprometimento da economia e uma resultante diminuição do repasse de rendas (impostos) para a Coroa. A pressão pela abertura de uma casa para produção de moedas era grande e, inúmeros pedidos, desde 1621, haviam sido encaminhados ao Rei de Portugal. Enfim, no governo de D. Pedro II (1683-1706), a cunhagem das moedas portuguesas em Território Nacional foi aprovada com a instalação da Casa da Moeda, em Salvador, em 24 de maio de 1694. No ano seguinte, foram produzidas moedas de ouro nos valores de 1.000, 2.000 e 4.000 réis e moedas de prata nos valores de 20, 40, 80, 160, 320 e 640 réis. Em 1698, a Casa da Moeda foi transferida para o Rio de Janeiro e, em 1702, para Pernambuco.

Como as Casas existentes não cunhavam moedas de cobre, em 1704, foi autorizada a circulação, no Brasil, de moedas destinadas à Colônia Portuguesa de Angola, fabricadas na cidade do Porto, nos valores de 5, 10 e 20 réis. Essas moedas tinham uso em transações de pequeno valor.

De lá para cá, outras Casas da Moeda foram abertas e encerradas. Diversos metais e ligas foram utilizados na cunhagem das moedas, vários padrões monetários foram adotados e as imagens de inúmeros governantes e personagens ilustres foram gravadas nas moedas, o que torna a Numismática Brasileira fascinante, diversificada e extremamente atrativa. O resumo que segue apresenta os principais momentos desses quase 500 anos do meio circulante no Brasil.

**1530-1640:** Circulavam no Brasil moedas de diversas nacionalidades, principalmente, as portuguesas e os reales hispano-americanos. Nesse período, a falta do numerário favorecia o comércio à base de troca de mercadorias. Em 1568, foi expedida a primeira determinação legal, autorizando a circulação de moedas portuguesas de cobre no Brasil, contudo com valores de compra reduzidos para ½, 1, 1,5 e 3 reais. Em 1575, surgiu o primeiro documento oficial, adotando o nome “réis” como sistema monetário português e brasileiro.

**1643:** De acordo com o Alvará de 10 de março de 1643, foram aplicados carimbos coroados de 240 e 480 réis em moedas espanholas de prata de 4 reales e 8 reales, respectivamente, prática adotada para aumentar o valor das moedas em circulação. Tratava-se da primeira utilização de moedas contramarcadas em nosso Território. Conforme Termo de 11 de abril de 1644, também foram aplicados carimbos de 100 nas moedas portuguesas de LXXX réis e carimbos de 60 no ½ tostão. Para o emprego desses carimbos foram instaladas, nas principais capitânicas do Brasil, oficinas monetárias temporárias, que funcionaram apenas durante o período da carimbagem.



*De acordo com a determinação legal de 1644, o ½ tostão de prata de D. Fillipe III (Rei de Portugal entre 1621-1640) recebeu o carimbo “60” durante o Reinado de D. João IV (1640 a 1656).*

**1645-1646:** Cunhagem das primeiras moedas em Território Nacional. Eram holandesas, quadradas. Batidas em ouro valiam III, IV e XII florins e, batidas em prata, valiam XII soldos. Conhecidas como moedas obsidionais, eram destinadas principalmente ao pagamento dos soldados holandeses durante a ocupação em Pernambuco.

**1663:** Durante o Reinado de Dom Afonso VI (1656-1667), foi autorizada a utilização de carimbos coroados em moedas de ouro de 1, 2 e 4 cruzados portugueses, que passaram a valer 1.000, 2.000 e 4.000 réis, respectivamente.

**1694:** Em Salvador, foi instalada a primeira Casa da Moeda que, a partir de 1695, cunhou moedas de ouro nos valores de 1.000, 2.000 e 4.000 réis e moedas de prata, conhecidas como série das patacas, nos valores de 20, 40, 80, 160, 320 e 640 réis. As moedas produzidas respeitavam a equivalência de 1.760 réis para cada oitava do ouro (3,4856 gramas). Em relação às moedas de ouro e prata que já circulavam na Colônia, a determinação foi de que todas deveriam ser recolhidas e enviadas à Casa da Moeda, para serem transformadas em moedas nacionais. Em 1698, as operações de cunhagem foram transferidas para a Casa da Moeda do Rio de Janeiro e, em 1714, foram retomadas em Salvador, tendo suas atividades encerradas por definitivo em 1834.



*Moeda de 320 réis, cunhada pela Casa da Moeda da Bahia, conhecida como pataca. Com esse valor era possível adquirir cerca de 600 ovos <sup>4</sup>. O reverso da série traz a inscrição latina: SUBQ SIGN NATA STAB (sob este sinal nasceu e permanecerá), alusiva à cruz latina e esfera armilar.*

**1698:** As atividades de cunhagem foram transferidas para a Casa da Moeda do Rio de Janeiro, que produziu os mesmos valores monetários, anversos e reversos das moedas cunhadas na Bahia.



*Moeda de 4.000 réis, cunhada pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro entre 1698 e 1700.*

**1700:** Aberta a Casa da Moeda em Pernambuco, que continuou com a produção das moedas de prata, da série das patacas, e de ouro, cuja cunhagem se restringiu à moeda de 4.000 réis, em 1702. Como forma de se diferenciar das moedas cunhadas na Bahia e no Rio de Janeiro, as moedas de prata de Pernambuco apresentam a letra P em seu reverso.



*Duas patacas (640 réis), moeda cunhada em prata pela Casa da Moeda de Pernambuco.*



**1704:** A Carta Régia, emitida pelo Rei de Portugal D. Pedro II (1683-1706), autorizou a circulação, no Brasil, de moedas de cobre cunhadas na Casa da Moeda do Porto para a Angola, também colônia portuguesa. Eram moedas de V, X e XX réis, cunhadas entre 1693 e 1699.

*Moeda de XX réis, contendo a inscrição latina MODERATO SPLENDEAT VSV (brilhará com o uso moderado).*

**1706-1750:** Período em que foram cunhadas as mais belas e relevantes moedas de ouro do Brasil. Com a descoberta do metal precioso em Minas Gerais (1697)<sup>5</sup>, estabeleceu-se a Casa da Moeda de Vila Rica, atual Ouro Preto, onde foram produzidas as moedas de ouro da série dos dobrões, cunhadas entre 1724 e 1727, nos valores de 400, 1.000, 2.000, 4.000, 10.000 e 20.000 réis. Esta última, pesando quase 54 gramas de ouro, tornou-se a moeda de maior valor de compra em circulação no mundo<sup>5</sup>. O reverso da série traz a inscrição latina largamente utilizada nas moedas brasileiras: IN HOC SIGNO VINCES (por este sinal vencerás). Em 1722, foi regulamentado o padrão legal para a moeda brasileira. A oitava de ouro passou a valer 1.600 réis, equivalência que foi alterada, definitivamente, em 1833.

*Dobrão de 20.000 réis, cunhado pela Casa da Moeda de Vila Rica, entre 1724 e 1727. Com um dobrão era possível adquirir 12 bois. Um dinheirão<sup>4</sup>.*



Em ouro, foi produzida na Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a série das dobras de escudos nos valores de 400, 800, 1.600, 3.200, 6.400 e 12.800 réis. Esta última trazia, no reverso, o brasão do Rei e a Coroa portuguesa e, no anverso, pela primeira vez, a imagem do Soberano. Tal fato deu origem à expressão “Cara ou Coroa<sup>6</sup>”, usada para lançar a sorte.



*12.800 réis (dobra) cunhada pela Casa da Moeda de Vila Rica (M), Bahia (B) e Rio de Janeiro (R). Sua cunhagem foi interrompida em 1734.*

Em relação à moedagem de prata, não foram mais produzidas moedas de 20 e 40 réis. Havia, também, moedas de cobre cunhadas em Lisboa, para circulação regional em Minas Gerais, nos valores de XX e XL réis e, no Maranhão, nos valores de V, X e XX réis.

**1750-1768:** Além da continuidade da cunhagem da série das patacas, entre 1752 e 1768 foram produzidas, em prata, as moedas de 75, 150, 300 e 600 réis, que traziam, em seu anverso, a coroa encimada pela letra J, dando nome à série. Eram destinadas à circulação em Minas Gerais e serviam como troco para o ouro em pó.

**1777:** As moedas de ouro de 800, 1.600, 3.200 e 6.400 réis passaram a retratar a efígie do casal real D. Maria I e D. Pedro III. Com a morte de D. Pedro III, a efígie de D. Maria I aparece portando o véu de viúva (1786-1790) e, após o luto, com o véu de toucado.



*Casal real é retratado na moeda de 6.400 réis, cunhada em 1777, na Casa da Moeda do Rio de Janeiro. Com o falecimento de D. Pedro III, D. Maria I aparece retratada com véu de viúva e após o período de luto, portando o véu de toucado (1791 a 1805).*



**1808-1816:** Conforme o Alvará de 18 de abril de 1809, as moedas de cobre que circulavam no Território Nacional passaram a ser recolhidas pelo governo. Elas recebiam um carimbo de escudete, que aumentava em 50% o seu valor monetário, para então retornar à circulação.

*Moeda de XL réis, cunhada em 1786 que, durante o governo do Príncipe Regente Dom João, recebeu carimbo unifacial de escudete.*

Continuaram a ser cunhadas moedas de ouro de 4.000 e 6.400 réis, trazendo, em seu maior valor, a figura do Príncipe Regente Dom João. Com relação à moedagem em prata, as moedas de 8 reales das Colônias Espanholas eram adquiridas pelo governo a 750 réis a unidade. Recebiam então o carimbo de 960 réis e eram postas novamente em circulação. Num segundo momento, numa prática curiosa na Numismática Brasileira, o recunho era aplicado em toda a superfície do anverso e reverso das moedas, surgindo, dessa forma, o patacão, moeda de 960 réis, produzida nas casas de cunhagem do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, até 1834. Nessa operação, o erário ganhava 210 réis, necessários, inicialmente, para custear as despesas da Corte com a chegada da família real, em 1808.



*A técnica da contramarca dos 8 reales rumou para o recunho em toda a superfície do anverso e reverso, surgindo assim a moeda conhecida como patacão ou 3 patacas. No recunho, com um pouco de esforço, é possível perceber traços da cunhagem original da moeda base de 8 reales.*

**1816-1821:** Durante o Reino Unido, as moedas de 80, 160, 320, 640 e 960 réis receberam uma nova estampa em seu anverso. A cunhagem das moedas de ouro limitava-se aos valores de 4.000 e 6.400 réis. Em cobre, foram lançadas as moedas de 37 ½ réis (Minas Gerais), 75 e 80 réis (Bahia e Rio de Janeiro). Em 1821, com a volta de D. João VI para Portugal, ocorreu o esvaziamento das reservas. Todos os pagamentos foram interrompidos e começou a emissão de dinheiro sem lastro metálico.

*No governo de Dom João VI, foi cunhada esta moeda, em ouro, de 4.000 réis.*



**1822-1831:** No primeiro ano do Império de D. Pedro I foi feita, em ouro, a Peça da Coroação no valor de 6.400 réis, considerada a moeda mais valorizada da Numismática Brasileira. A cunhagem foi reprovada pelo Monarca, que não gostou da representação de sua imagem. Das 64 unidades cunhadas, são conhecidos 16 exemplares em coleções institucionais e particulares. Em 1823, as moedas de cobre de 10, 20, 40 e 80 réis e as moedas de prata de 80, 160, 320, 640 e 960 réis receberam novo desenho, trazendo o título do Imperador e o brasão do novo regime político.



*Com a instituição do Império, a série das patacas passou a ter, no seu reverso, o brasão do Império ladeado por ramos de tabaco e café e a inscrição latina IN HOC SIGNO VINCES, originada das moedas brasileiras de ouro do período colonial.*

Foram também produzidas moedas de cobre, no valor de 80 réis, na Casa da Moeda de São Paulo, entre 1825 e 1828. Em Cuiabá, ocorreu a cunhagem das moedas de cobre de 20, 40 e 80 réis. Em Goiás, foram feitas as moedas de cobre de 20, 40, 75 e 80 réis. Em 1828, foi encerrada, em Vila Rica, a cunhagem da moeda de 37 ½ réis.

*Para facilitar o troco nas transações ocorridas nas minas, foram cunhadas moedas de cobre de 37 ½ réis. Na época, era possível adquirir 8 ovos com esse valor monetário <sup>4</sup>.*



**1833-1848:** Foi estabelecido o segundo sistema do padrão monetário réis, passando a equivalência da oitava de ouro para 2.500 réis. Foi extinta a cunhagem de moedas de 4.000 e 6.400 réis. Com esse sistema, a série das patacas foi substituída pela série dos cruzados, composta por moedas de 100, 200, 400, 800 e 1.200 réis.



*Entre 1833 e 1848, foi cunhada a moeda de prata de 200 réis, pertencente à série dos cruzados.*

Surgiu a moeda de 10.000 réis, portando a efigie do Pedro menino (1833 a 1840) e, mais tarde, trajando a farda de almirante (1841-1845). Numa subsequente desvalorização, a moeda de 10.000 réis passou a valer 16.000 réis. A partir desse período, toda cunhagem de moedas foi centralizada na Casa da Moeda do Rio de Janeiro.



*Moeda de 16.000 réis, cunhada em 1847, trazendo a imagem do jovem Imperador, vestindo a farda de almirante.*



Outra mudança significativa ocorrida nesse período, consistiu no encerramento da cunhagem de moedas em cobre, em 1833. As moedas que circulavam eram recolhidas, recebendo um carimbo unifacial que, na maioria das vezes, as desvalorizava em 50%, para então retornarem à circulação.

*Moeda de 40 réis cunhada durante o Reinado de Pedro I e recolhida pelo governo no Segundo Reinado, carimbada com o novo valor de 20 réis.*

**1849 - 1867:** Iniciado o terceiro sistema monetário, que trouxe a equivalência de 4.000 réis para cada oitava de ouro. Foram produzidas moedas de 10.000 e 20.000 réis, com novos pesos e medidas. Em 1854, foi lançada a moeda de ouro de 5.000 réis. Foram também cunhadas as moedas de prata de 200, 500, 1.000 e 2.000 réis, que, a partir de 1867, receberam a efigie do Imperador D. Pedro II. Pela primeira vez, um soberano foi retratado em moedas que não continham o metal nobre.



*Moeda de 1.000 réis, cunhada em prata durante o Segundo Reinado. Abaixo do busto aparece a nome do gravador.*

**1868-1889:** Foram cunhadas as últimas séries de moedas do regime Imperial. Em bronze, valendo 10, 20 e 40 réis e, em níquel, de 50, 100 e 200 réis.



**1889:** Com a Proclamação da República, as moedas receberam novos desenhos. Foram cunhadas moedas de bronze que incentivavam a educação financeira da população, por meio das frases “Vintém Poucado, Vintém Ganho” na moeda de 20 réis e “A Economia Faz a Prosperidade” na moeda de 40 réis. Foram feitas moedas de níquel de 100 e 200 réis, de prata de 500 e 1.000 réis e de ouro de 10.000 e 20.000 réis, com o lema “Ordem e Progresso”, trazendo os Símbolos e Armas, para ampla divulgação do novo regime.



*Moeda de ouro de 10.000 réis, cunhada entre 1889 e 1922, que, juntamente com a moeda de 20.000 réis, constituiu a última série de moedas no metal nobre. Devido à inflação, não foram mais produzidas moedas de ouro para o meio circulante. A partir de 1897, o lastro metálico superava o poder monetário aquisitivo.*



*Mais tarde, no final do século XIX, foi cunhada, em prata, a moeda de 2.000 réis, destinada a pagamentos de dívidas adquiridas no exterior.*

**1900-1920:** Foram feitas moedas de cupro-níquel nos valores de 20, 50, 100 (conhecida como tostão), 200 e 400 réis e, de prata, nos valores de 500, 1.000 e 2.000 réis. Em 1913, a Casa da Moeda de Berlim cunhou para o Brasil uma versão, em prata, das moedas de 500, 1.000 e 2.000 réis, que reproduziam a figura do busto de Ceres.



*Até 1913, as moedas traziam o nome do país com a letra Z.*

**1922-1932:** Em 1922, em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil, foram lançadas as moedas de cobre-alumínio de 500 e 1.000 réis e a moeda de 2.000 réis de prata, trazendo no anverso as efígies de D. Pedro I e de Epitácio Pessoa, Presidente do país na data comemorativa.



*Moeda de 2.000 réis cunhada em prata, comemorativa ao Centenário da Proclamação da independência.*

Em 1932, com o 4º Centenário da Colonização do Brasil, foram lançadas seis moedas da série vicentina, de 100, 200 e 400 na liga cobre-níquel; 500 e 1.000 na liga bronze-alumínio e 2.000 réis em prata.



*Moeda de 500 réis, em bronze-alumínio, trazendo o gibão de armas e a representação do bandeirante João Ramalho.*

**1936-1938:** Lançada a moeda de 5.000 réis, contendo a efígie de Santos Dumont. Trata-se da última cunhagem, em prata, no meio circulante brasileiro. Nesse período, também foi produzida uma série de moedas que homenageou brasileiros ilustres: Almirante Tamandaré nos 100, Mauá nos 200, Carlos Gomes na moeda de 300, Oswaldo Cruz na de 400, Regente Feijó nos 500, Padre Anchieta na moeda de 1.000 e Caxias, na moeda de 2.000 réis.

*Nos últimos anos do padrão monetário mil réis, foi cunhada a moeda de prata de 5.000 réis, homenageando Santos Dumont.*



**1942-1966:** Novo padrão monetário foi estabelecido no país, denominado cruzeiro, com moedas divisionárias de 10, 20 e 50 centavos e 1, 2 e 5 cruzeiros cunhadas na liga bronze-alumínio. Em 1957, com exceção da moeda de 5 cruzeiros, tais moedas passaram a ser feitas em alumínio. Em 1965, foram lançadas moedas de 10 e 20 cruzeiros, também em alumínio e, a de 50 cruzeiros, na liga cupro-níquel.

*Durante a circulação do cruzeiro, a moeda de 5 cruzeiros foi cunhada apenas em 1942.*



**1967-1978:** Com a desvalorização do cruzeiro, foi estabelecido o padrão monetário cruzeiro novo. 1.000 cruzeiros passaram a valer 1 cruzeiro novo. Apareceram novas moedas de 1, 2 e 5 centavos. Nas moedas de 10, 20 e 50 centavos foram reproduzidos símbolos do progresso econômico industrial. Em 1970, caiu em desuso o nome cruzeiro novo e a moeda voltou a se chamar cruzeiro, surgindo a moeda de 1 cruzeiro, cunhada em níquel, que ganhou, em 1972, um desenho alegórico comemorativo aos 150 anos da Independência do país. Em 1978, as moedas de 1, 2 e 5 centavos aderiram à campanha mundial da FAO – Alimentos para o Mundo, contendo, respectivamente, a representação da cana-de-açúcar, soja e boi zebu.



*Moeda de 20 centavos, trazendo símbolo da indústria petrolífera brasileira. Completam a série a moeda de 10 centavos (indústria siderúrgica) e a de 50 centavos (indústria naval).*

**1979-1985:** Surgiram as moedas de 1, 5, 10, 20 e 50 cruzeiros. Mais tarde, foram lançadas as moedas de 100, 200 e 500 cruzeiros, todas produzidas em aço inoxidável.

**1986-1989:** Mais uma desvalorização econômica requereu um novo padrão monetário. 1.000 cruzeiros novos equivalem a 1 cruzado. Foram lançadas as moedas divisionárias de 10, 20 e 50 centavos e 1, 5 e 10 cruzados. Em 1988, foi produzida uma série especial de 3 moedas de 100 cruzados, lembrando o Centenário da Abolição da Escravatura, contendo a representação do homem, mulher e menino.



*Moeda de 100 cruzados, destacando o Centenário da Lei Áurea, que aboliu a escravatura.*

**1989:** Com mais um período altamente inflacionário, foi estabelecido o cruzado novo, na equivalência de 1 cruzado novo igual a 1.000 cruzados. Foram cunhadas, em aço inoxidável, as moedas de 1, 5, 10, 50 centavos e 1 cruzado novo.



*1 cruzado novo, comemorativo ao 1º Centenário da Proclamação da República.*

**1990:** Mais uma vez, o cruzeiro tornou-se o nome do padrão monetário. Nesse período foram produzidas as moedas de 1, 5, 10, 50, 100, 500, 1.000 e 5.000 cruzeiros.



*Em celebração aos 200 anos da Morte de Tiradentes, em 1992, foi cunhada a moeda de 5.000 cruzeiros.*

**1993:** Cruzeiro real passou a ser o padrão monetário do país. Um cruzeiro real equivalia a 1.000 cruzeiros. Numa inflação totalmente descontrolada (3.673,48% no período<sup>7</sup>), esse sistema monetário teve vida curta, não alcançando onze meses de vigência. Não foram produzidas moedas divisionárias de centavos. Foram cunhadas as moedas de 5, 10, 50 e 100 cruzeiros reais.



*Moeda de 50 cruzeiros reais, que traz, em seu anverso, a representação da onça pintada. A série, que homenageia a fauna brasileira, é formada por mais 3 moedas.*

**1994:** Início do plano real. A desvalorização do cruzeiro real levou à criação do real. Foram cunhadas, em aço inoxidável, as moedas de 1, 5, 10, 25, 50 centavos e a moeda de 1 real. Mais tarde, em 1998, foi lançada a segunda família das moedas, com imagens de personagens ilustres gravadas em diversas ligas metálicas. Variantes da moeda de 1 real, receberam, também, aversos com elementos comemorativos, tais como Olimpíadas no Brasil, Aniversário do Banco Central e Direitos Humanos.

*Moeda de 1 real cunhada em 1994, pertencente a 1ª série do padrão monetário.*



*A segunda família das moedas de real, lançada a partir de 1998, vêm trazendo reversos que homenageiam figuras ilustres, comemoram aniversários de instituições e destacam eventos esportivos. Em 2015, foi lançada a moeda de 1 real comemorativa aos 50 anos do Banco Central do Brasil.*

## Referências

1. Florenzano, Maria B. Borba et al. **Faces da Moeda**, Olhares, São Paulo, 2009.
2. Maldonado, Rodrigo. **Moedas Brasileiras: Catálogo Oficial**, 3ª edição. MBA Editores, 2014.
3. Salazar, Guilherme de Alencastro. **História da Companhia das Índias Ocidentais – Suas Moedas Obsidionais Cunhadas no Recife**, Editora Universitária da UFPE, 1994.
4. Gallas, Fernanda D. e Gallas, Alfredo O.G. **As moedas Contam a História do Brasil**, Editora Magma Cultura, Rio de Janeiro, 2007.
5. Figueiredo, Lucas. **Boa Ventura – A corrida do ouro no Brasil**, 5ª edição, Editora Record, Rio de Janeiro, 2012.
6. Banco Central do Brasil. **O Dinheiro no Brasil**, 3ª Edição, Brasília, 2007.
7. Cintra, André e Torelli, Renato. **Histórias que o Dinheiro Conta**, São Paulo, Lumus Editora, 2006

(\*) Juliano Natal

E-mail: [juliano\\_natal@yahoo.com.br](mailto:juliano_natal@yahoo.com.br)

Você sabia?...

O menor guichê de correios do mundo se encontra numa ilha chamada Farol Amédée, na Nova Caledônia. Em 1859, o governador da Nova Caledônia, visando proteger o porto de Nouméa, mandou instalar um farol, que foi inaugurado em 1865. A ilha, com suas areias brancas, é paradisíaca. Para completar, o guichê funciona bem. A ilha possui sua própria obliteração e uma pequena mas bonita caixa coletora amarela, onde os encantados turistas depositam suas cartas.

Tradução e adaptação do texto “La plus petite poste du monde” – Magazine Delcampe número 34.



## *Algumas marcas postais falsas de Censura Postal Brasileira*

Roberto João Eissler

No Estado de Santa Catarina, desde 1969, acontecem os “Encontros de Filatelistas e Numismatas de Santa Catarina”. A 175ª edição desse tradicional Encontro aconteceu em agosto de 2019, em Florianópolis.

Naquela oportunidade, um comerciante filatélico me mostrou diversos envelopes com marcas de Censura Postal Brasileira, desde peças raras, até algumas extremamente comuns. Algumas peças me chamaram muito a atenção por dois motivos: o primeiro, eu não as conhecia e, o segundo, são de um período ainda pouco estudado, as décadas de 1960 e 1970. O catálogo Meiffert, por exemplo, que é referência para o estudo da Censura Postal Brasileira, traz apenas cinco oblitações desse período.

Adquiri, então, algumas peças e ao compará-las com outras de meu acervo, cuja veracidade é duvidosa, percebi que tinha em mãos um belo conjunto de carimbos falsos e com isso a possibilidade de escrever algumas linhas a respeito.

Neste momento, cabe o registro de que não fui enganado pelo comerciante, pois ele me alertou sobre a “possível falta de autenticidade” de alguns carimbos, cobrando um valor adequado para itens desse tipo.

Inicialmente, convém ressaltar que algumas alterações realizadas nas oblitações são definidas por Studart (1995, p.229) como falsas ou de fantasia. As oblitações falsas: são as aplicadas em selos, cartas ou fragmentos e que procuram imitar carimbos já existentes. As oblitações de fantasia: são aplicadas em selos, cartas ou fragmentos e que só existem na imaginação de quem as produziu.

As peças apresentadas neste artigo fazem parte de meu acervo. A primeira a ser mostrada foi adquirida em uma das “caixinhas” a preço único de um comerciante, durante a Brasileira’89. Trata-se de um exemplar do carimbo número 1.2.52.0 do catálogo Meiffert sobre envelope circulado (figura 1).



**Figura 1:** Envelope do Equador (13.8.1944) ao Rio de Janeiro. Carimbo retangular “serviço postal do 1º Grupo de Caça da F.A.B. aberta pela censura”. No verso, selos, carimbo circular de censura DF 3.8.1944 e carimbo de censor D.F. 3 e D.F. 202.

Encontra-se referência a esse carimbo da FAB na p.248 do livro Falsificações e Fraudações na Filatelia Brasileira, escrito por Marcelo Studart. Naquela página, há um envelope com um carimbo semelhante a este, no entanto, este autor o considera como um carimbo tipo fantasia, justificando o fato da seguinte maneira: “Essa unidade nunca transportou ou controlou correspondência estranha ao Ministério da Aeronáutica”.

Contudo, existem carimbos autênticos do “Serviço Postal do 1º Grupo de Aviação de Caça / FAB / Aberta pela Censura”, mas com dimensões diferentes daquelas da figura 1, em correspondências circuladas de/para militares da FAB. Um desses exemplares está na coleção “Correspondências em tempo de guerra: Brasil 1939-1945”, de Henrique Vasconcelos Cruz. Coleção que esteve exposta na Brasília’2017.

Diferente do carimbo autêntico do “1º Grupo de Aviação de Caça”, a frase da segunda linha do carimbo falso foi truncada, ficando “1º GRUPO DE CAÇA”.

Ainda sobre o carimbo da figura 1, há uma ressalva na segunda edição do catálogo Meiffert (2012), que não consta na primeira edição (2001): “Sabe-se que há evidências de que esse carimbo foi falsificado”.

Em janeiro de 2011, antes, portanto, do lançamento da segunda edição do catálogo, em conversa com o filatelista e expositor Henrique Vasconcelos Cruz, com o objetivo de trocar informações a respeito desse envelope, obtive dele a seguinte análise:

“As informações contidas no envelope não batem. A censura para os militares (oficiais e graduados) do 1º Grupo de Caça da FAB, funcionou apenas durante a campanha da Itália. Eles chegaram ao front italiano em outubro de 1944. Inicialmente, usavam o serviço postal da FEB. Posteriormente, tiveram seu próprio serviço. O anverso do envelope seguia o modelo de endereçamento dos militares americanos: acima, o endereço do remetente e, abaixo, o destinatário. O endereço brasileiro utilizado era do Ministério da Aeronáutica, no Rio de Janeiro. Mesmo assim, todas as cartas partiam da Itália. Lá, recebiam o carimbo de censura “Serviço Postal do 1º Grupo de Aviação de Caça / FAB / Aberta pela Censura”, além da censura manuscrita na frente do envelope, feita por um oficial do grupo. No Brasil, recebiam uma censura postal civil, dos correios brasileiros”. Não há, portanto, dúvidas. O carimbo da FAB, apresentado na figura 1, é falso.

Um aspecto indispensável para analisar qualquer item desse serviço postal da FAB é conferir o remetente, ou seja, o militar que enviou aquele envelope. Há uma lista dos militares da FAB que lutaram na Itália, no site [www.sentandoapua.com.br](http://www.sentandoapua.com.br).

Devido às características desse carimbo, tudo indica se tratar de um exemplar de um conjunto de falsificações realizadas nos anos 1970 e 1980, por um filatelista do Rio de Janeiro e que, provavelmente, não satisfeito com a criação de apenas um carimbo falso, teria utilizado esse carimbo como matriz para outros, igualmente falsos, como se mostra a seguir.

Apresenta-se, então, um exemplar que permite ver resquícios do carimbo falso apresentado anteriormente. A seta sobre a figura 2 aponta para vestígios das letras F.A.B. do carimbo “original”.



**Figura 2:** Envelope circulado no Rio de Janeiro. Recebeu carimbo “Aberta pela Censura”, Meiffert número 1.5.15.8, falso.

Esse carimbo foi catalogado sob número 1.5.15.8 por Meiffert e seu uso foi verificado em itens de 1932, 1940, 1941. A dúvida por considerar esse carimbo autêntico deve-se ao fato de que, em alguns exemplares, as letras FAB estão menos reconhecíveis ou até não constam do carimbo, como o que está ilustrado no catálogo.

Contudo, não termina aqui a prática de reaproveitar esse carimbo para dar origem a novas marcas postais. De outra feita, surge para aquisição, no referido Encontro de colecionadores, um carimbo na cor verde “ABERTA PELA CENSURA” sobre um aerograma, circulado em 1966 (figura 3).



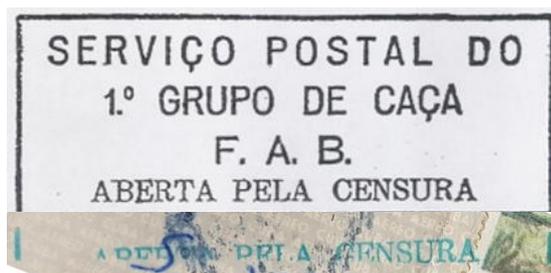
**Figura 3:** Aerograma enviado de Santiago de Cuba, em julho de 1966, para o Rio de Janeiro, com chegada aos 18 de agosto de 1966. Recebeu carimbo Meiffert número 1.5.15.8, falso.

Na figura 3, o carimbo “ABERTA PELA CENSURA” ainda apresenta parte da cercadura do carimbo que deu origem a essa falsificação: o carimbo da FAB da figura 1. Apesar da imagem do catálogo estar sem a cercadura, trata-se do mesmo carimbo número 1.5.15.8.

Para melhor visualização, sobrepomos uma parte do envelope (carimbo) sobre a marca que deu origem a outras obliterações falsas (figuras 4 e 5).



**Figura 4:** Coincidência dos carimbos das figuras 1 e 2.



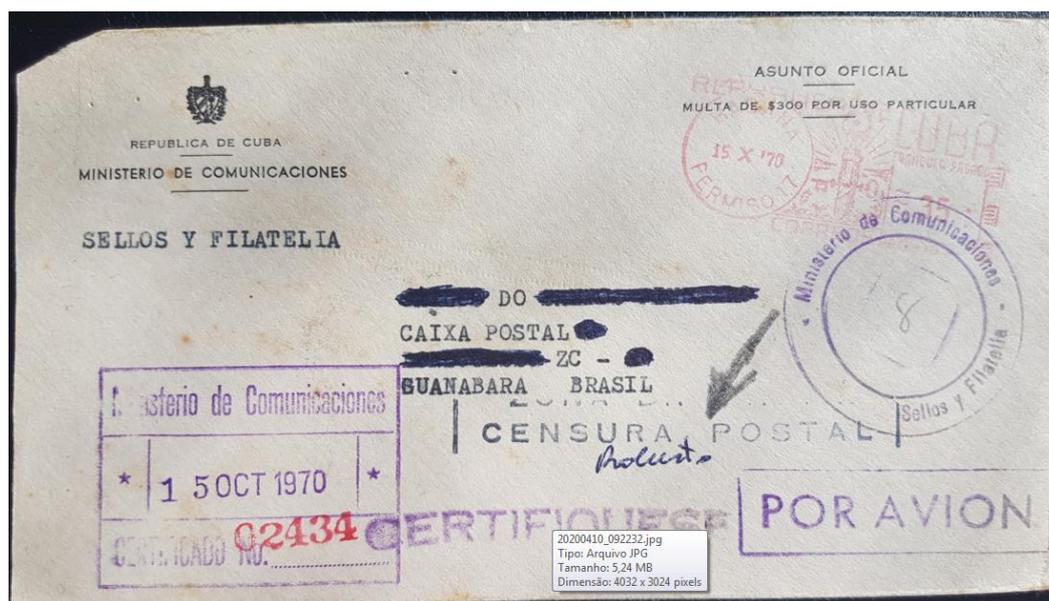
**Figura 5:** Coincidência dos carimbos das figuras 1 e 3.

Assim sendo, tem-se que a partir de uma marca postal falsa originaram-se outras duas, igualmente falsas. Observa-se que as três marcas estão catalogadas, sendo que sobre uma delas o catálogo apresenta ressalvas. É claro que esse catálogo ainda está em construção e alguns ajustes se tornam necessários.

Os próximos três exemplares também possuem carimbos falsos e são originários de outro carimbo falso, apresentado ao final do texto. Esses exemplares foram adquiridos em 2019, no Encontro de Colecionadores. Eles são exemplares do carimbo número 1.5.25.0: “CENSURA POSTAL”.



**Figura 6:** Envelope enviado de Cuba, em 1971, ao Rio de Janeiro. Recebeu carimbo “CENSURA POSTAL”, Meiffert número 1.5.25.0, falso.



**Figura 7:** Envelope enviado de Cuba, em 1970, ao Rio de Janeiro. Recebeu carimbo “CENSURA POSTAL”, Meiffert número 1.5.25.0, falso.

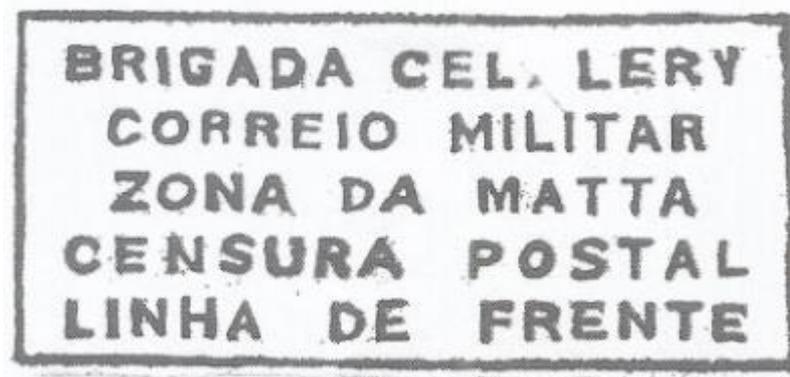


**Figura 8:** Envelope enviado do Rio de Janeiro para a Alemanha, em 1932. Recebeu carimbo “CENSURA POSTAL”, Meiffert número 1.5.25.0, falso.

Ao observar os carimbos, notam-se resquícios de letras e também da cercadura de outro carimbo. Procedimento de reaproveitamento semelhante ao adotado no caso do carimbo da FAB.

Nas figuras anteriores, pode-se observar o seguinte: na figura 6, há resquícios da cercadura do carimbo original. Na figura 7, a partir da letra “E”, acima da palavra censura, podemos reconhecer as palavras “ZONA DA”, assim como nas laterais há parte da cercadura do carimbo original. Na figura 8, abaixo da letra “C” da palavra censura, lê-se “LINHA”, além de uma tentativa de fechar o retângulo com as duas linhas laterais do carimbo original.

Pelo exposto, conclui-se que esse carimbo “CENSURA POSTAL”, registrado sob número 1.5.25.0 no catálogo, é falso, obtido a partir do carimbo 1.2.5.1, que pode ser um carimbo fantasia e que é apresentado na figura 9.



**Figura 9:** Catálogo Meiffert, carimbo retangular número 1.2.5.1

Encontram-se, na literatura, outros envelopes elaborados a partir desse 1.2.5.1. O próprio catálogo Meiffert, em sua página 127, traz um envelope com esse carimbo que circulou em fevereiro de 1932. Mas em fevereiro ainda não havia eclodido a Revolução de 1932. Além desse, Wittig questiona a veracidade do carimbo Meiffert 1.2.5.1 (figura 9) em seu artigo na ArGe Brasilien, publicado em 2012.

Destaca-se que a Brigada Sul, ou Brigada Lery, foi organizada em 14 de julho de 1932, na cidade de Lavras, em Minas Gerais. Essa brigada foi protagonista de um dos mais decisivos confrontos entre as forças paulistas e mineiras durante a Revolução Constitucionalista de 1932: os embates do Setor do Túnel da Mantiqueira (Cotta, 2002).

Finalizando, reconhece-se um padrão na confecção desses carimbos falsos, obtidos a partir de uma matriz que também é um carimbo falso. Acredita-se que se deva prestar atenção especial às marcas postais a partir de 1964, encontrar documentação que permita afirmar a existência da censura postal naquela época (1964 – 1985).

É fundamental reconhecer e destacar a importância do catálogo Meiffert na organização das marcas postais, das etiquetas, dos formulários de censura, etc. É, sem dúvida, a principal referência ao colecionador de Censura Postal Brasileira, mas como obra em construção, precisa contar com a colaboração de todos os filatelistas.

## **Referências**

COTTA, Francis Albert. AS TRINCHEIRAS DA MANTIQUEIRA: os embates da Brigada Sul na Revolução Constitucionalista. Belo Horizonte: **O Alferes**, jul/dez 2002.

MEIFFERT, Jürgen. **Zensurpost in Brasilien: 1917 – 1964**. Arge Brasilien, Lohmar, 2001, 1ª edição.

MEIFFERT, Jürgen. **Zensurpost in Brasilien: 1917 – 1972**. Arge Brasilien, Lohmar, 2012, 2ª edição.

STUDART, Marcelo. **Falsificações e Fraudações na Filatelia Brasileira**. Brasília: Edição do Autor, 1995.

WITTIG, Karlheinz. Zensurstempel der “Brigada Lery” 1930, fragwürdig. **ArGe Brasilien Forschungsbericht 71**, p.89-90, 2012.

## *O Bilhete Postal do Concurso Bolão do Faustão*

Henrique C. Braga - Montes Claros, MG (\*)

A Copa do Mundo da FIFA, em sua 14ª quarta edição, ocorreu entre os dias 8 de junho e 8 de julho de 1990 na Itália. Como não podia deixar de ser, havia uma grande expectativa sobre a atuação do Brasil nesse campeonato, ainda mais por ter vencido a Copa América do ano de 1989. Entretanto, a seleção de 1990, sob o comando do técnico Sebastião Lazaroni, teve um desempenho considerado fraco para os padrões nacionais, tendo por isso sido muito criticada e mesmo estigmatizada. A seleção do Brasil foi eliminada nas oitavas de final, quando perdeu para a seleção da Argentina por 1 a 0, sofrendo um gol de Claudio Caniggia, depois de um passe de Diego Maradona. A Argentina seguiu firme na competição, mas acabou perdendo a final para a então Alemanha Ocidental, grande campeã daquela edição da Copa do Mundo.

O apresentador Fausto Silva já era um campeão de audiência na Rede Globo com seu programa dominical iniciado em 1989. Durante a Copa do Mundo de 1990 foi promovido um concurso denominado Bolão do Faustão. Para participar desse concurso, o interessado deveria adquirir um bilhete postal, vendido tanto nas agências dos Correios como também nas concessionárias de veículos Chevrolet. No bilhete postal do concurso o participante deveria responder corretamente, em local apropriado, à pergunta: “Quantas vezes o Brasil foi campeão mundial de futebol?”, além de preencher seus dados e entregar o bilhete em qualquer agência postal dos Correios, que então se encarregaria de levá-lo para o sorteio. Esse bilhete postal do Concurso Bolão do Faustão era pré-pago (sem necessidade de se apor nenhum selo postal adesivo).

Foram nesse concurso sorteados 82 automóveis Kadett Turim, dois em cada um dos 41 jogos da Copa do Mundo. Os sorteios eram transmitidos ao vivo pela Rede Globo de televisão, e aconteciam pouco antes e logo depois de cada um dos jogos. Alguns desses sorteios se encontram atualmente disponíveis para visualização no sítio de vídeos YouTube.

Conforme informação disponibilizada no próprio bilhete postal, depois do concurso as cartelas foram enviadas para reciclagem, sendo a renda resultante dessa reciclagem doada à UNICEF, para a Campanha Criança Esperança.

A figura 1 apresenta a imagem da frente do bilhete postal do Concurso Bolão do Faustão. Conforme medições realizadas em um exemplar sem uso, verificou-se que o bilhete possui 14,8 cm de largura por 10,6 cm de altura e sua espessura é de aproximadamente 0,16 mm. Essa medida de espessura verificada é bem inferior às encontradas usualmente nos bilhetes postais modernos. A inscrição com a indicação de porte pré-pago traz a mensagem “Correios Pré-Franqueado”, inscrita em uma circunferência com aproximadamente 6,2 mm de raio.

Esse bilhete postal foi impresso com as cores verde, amarela, azul e preta, sobre fundo branco. Iconograficamente, essas cores e sua disposição remetem à ideia das cores nacionais, até mesmo à Bandeira do Brasil, mexendo com o sentimento de patriotismo, tão presente na torcida brasileira, nos momentos de uma Copa do Mundo.

São muitas as possibilidades de uso temático direto desse bilhete postal, tais como em coleções sobre esportes, futebol, bola, veículos, sorriso, dentes, boca e velocidade. Entretanto, o uso desse bilhete postal em uma exposição oficial pode ser arriscado, pois, atualmente, não se encontra catalogado (Meyer, Meyer, 2019).

Apesar disso, por ter sido amplamente, de modo oficial, vendido nas agências dos Correios e pela característica de ser pré-pago, conforme inscrição constante no bilhete, requisitos esses mandatórios

(FIP, 2018), essa cartela teria, em princípio, condições para ser considerada como emissão oficial (ou pelo menos similar a uma emissão oficial), portanto merecedora de ser catalogada como inteiro do tipo bilhete postal. O fato de não ter sido impresso diretamente pelos Correios ou por ser relativo a um concurso privado, não são motivos, por si só, suficientes para a sua exclusão do catálogo, até porque existem outros itens postais catalogados que possuem essas características.

Ressalta-se que a posição aqui registrada se baseia na opinião pessoal do autor deste artigo, e que antes de poder ser aceita como correta necessariamente deve ser balizada pela comunidade filatélica. Se assim o for, esse bilhete postal será uma bela peça para uso temático em exposições oficiais, entre outras possibilidades.



Figura 1- Imagem do bilhete postal Concurso Bolão do Faustão, de 1990.

#### Referências:

FIP – Fédération Internationale de Philatélie. Special Regulations for the Evaluation of Postal Stationery Exhibits at FIP Exhibitions. 2018. Disponível em <<https://www.f-i-p.ch/regulations/>>. Acessado em 30 de março de 2020.

Meyer, P.; Meyer, M.P. Catálogo de Selos do Brasil 2019. São Paulo, RHM. 61ª ed., 2019.

(\*) Henrique C. Braga  
E-mail: [bragaseg@yahoo.com.br](mailto:bragaseg@yahoo.com.br)

## *Moinhos de Vento da Mancha e Personagens de Miguel de Cervantes*

Hugo Nestor Ciavattini – Palhoça, SC

“—A aventura vai encaminhando os nossos negócios melhor do que o soubemos desejar; porque, vêis ali, amigo Sancho Pança, onde se descobrem trinta ou mais desaforados gigantes, com quem penso fazer batalha, e tirar-lhes a todos as vidas, e com cujos despojos começaremos a enriquecer; que esta é boa guerra e bom serviço faz a Deus quem tira tão má raça da face da terra.

— Quais gigantes? — disse Sancho Pança.

— Aqueles que ali vêis — respondeu o amo —, de braços tão compridos, que alguns os têm de quase duas léguas.

— Olhe bem Vossa Mercê — disse o escudeiro —, que aquilo não são gigantes, são moinhos de vento; e os que parecem braços não são senão as velas, que tocadas do vento fazem trabalhar as mós.

— Bem se vê — respondeu D. Quixote — que não andas corrente nisto das aventuras; são gigantes, são; e, se tens medo, tira-te daí, e põe-te em oração enquanto eu vou entrar com eles em fera e desigual batalha.

Dizendo isto, meteu esporas ao cavalo Rocinante, sem atender aos gritos do escudeiro, que lhe repetia serem sem dúvida alguma moinhos de vento, e não gigantes, os que ia acometer. Mas tão cego ia ele em que eram gigantes, que nem ouvia as vozes de Sancho nem reconhecia, com o estar já muito perto, o que era; antes ia dizendo a brado:

— Não fujais, covardes e vis criaturas; é um só cavaleiro o que vos investe.

Levantou-se neste comenos um pouco de vento, e começaram as velas a mover-se; vendo isto D. Quixote, disse:

— Ainda que movais mais braços do que os do gigante Briareu, heis de mo pagar.

E dizendo isto, encomendando-se de todo o coração à sua senhora Dulcinéia, pedindo-lhe que em tamanho transe o socorresse, bem coberto da sua rodela, com a lança em riste, arremeteu a todo o galope do Rocinante, e se aviou contra o primeiro moinho que estava diante, e dando-lhe uma lançada na vela, o vento a volveu com tanta fúria, que fez a lança em pedaços, levando desastadamente cavalo e cavaleiro, que foi rodando miseravelmente pelo campo fora”.

O texto acima é retirado do Capítulo VIII da Obra Prima de Miguel de Cervantes, DOM QUIXOTE. O capítulo tem o sugestivo e extenso título:

“Do bom sucesso que teve o valoroso Dom Quixote na espantosa e jamais imaginada aventura dos moinhos de vento, com outros sucessos dignos de feliz recordação”.

MIGUEL DE CERVANTES SAAVEDRA (1547 – 1616) foi soldado durante muitos anos, até que, em 1584, estabeleceu-se em Madri, com um cargo público.

Em 1585, publicou a novela [La Galatea](#), iniciando assim uma série de obras literárias de sucesso.

Como coletor de impostos, foi acusado e preso por três vezes. Segundo alguns historiadores, foi na prisão, em [Argamasilla del Alba](#), que escreveu a novela “El Ingenioso Hidalgo don Quijote de la Mancha”, que constituiu a primeira parte de sua obra prima, publicada em 1605, com muito sucesso.



A repercussão do livro foi tão grande que, em 1614, surgiu uma falsa edição de uma segunda parte da novela. Em 1615, ao publicar a segunda parte do verdadeiro Dom Quixote, Cervantes inicia o prólogo do livro satirizando o falso novelista. Num dos capítulos finais, chega a promover um diálogo entre o verdadeiro e o falso Dom Quixote.

E seu livro é, até hoje, a obra literária espanhola mais lida em todos os tempos.

Em 1905, os Correios da Espanha emitiram uma série de dez selos em comemoração ao aniversário de 300 anos da primeira edição de Dom Quixote. Há quem diga que foi a primeira vez que um selo com a temática “moinhos” surgiu na filatelia mundial. De lá para cá, muitos países apresentam selos dessa temática em seus catálogos. Enquanto isso, os Correios da Espanha emitiram diversas peças filatélicas para lembrar autor, personagens e lugares dessa magnífica novela, com especial destaque para os moinhos do chamado [Campo de Criptana](#), na Região da [Mancha](#), que serviram de inspiração para a famosa aventura de Dom Quixote contra um moinho de vento.

Entre os selos da série de dez, emitida pelos Correios da Espanha em 1905 – 5c, 10c, 15c, 25c, 30c, 40c, 50c, 1P, 4P e 10P (Yt:ES226 a Yt:ES235) –, o de 10 centimos (Yt:ES227), apresentado à direita, mostra Dom Quixote e seu cavalo Rocinante investindo contra um moinho de vento.



O Campo de Criptana é visitado por viajantes do mundo inteiro, sendo uma atração turística muito procurada na Espanha. Cada moinho tem seu próprio nome. Junto à porta de entrada do Moinho Rucio, uma figura estilizada de Dom Quixote dá as boas-vindas aos turistas (foto à direita). Abaixo, o Moinho Manchego, em selo emitido em 2014 pelos Correios da Espanha (Yt:ES4567).



Os personagens mais conhecidos nas histórias de Dom Quixote são naturalmente Sancho Pansa, seu fiel escudeiro, Dulcinea, a mulher que foi inspiração para Dom Quixote em todas as suas aventuras e Rocinante, seu inseparável cavalo. Abaixo, fragmento de envelope oficial da Prefeitura de El Toboso (Toledo), terra da eterna Dulcinea, e selo emitido em 1998 pelos Correios da Espanha (Yt:ES3145), parte de diversas emissões entre 1998 e 2003, com selos ilustrados por crianças em concursos escolares na Espanha (séries “Correspondencia Epistolar Escolar”).



**Outros selos emitidos pelos Correios da Espanha, alusivos a Miguel de Cervantes e sua obra:**



Ano 1947 – 9 de outubro – Dia do Selo – Yt:ES759, Yt:ES760 e Yt:ES-PA235 (aéreo), todos com ilustrações de Dom Quixote. O primeiro à esquerda mostra o seu hábito compulsivo de leitura de histórias de cavaleiros, o que o levou a perder a razão e a transformar-se, ele próprio, em personagem, imitando seus heróis dos livros.

Ano 1975 – Selo (Yt:ES1910) que mostra a cela onde Miguel de Cervantes teria sido mantido preso entre os anos de 1601 e 1603, depois de acusado de atividades ilícitas como servidor público e onde teria escrito a primeira parte de Dom Quixote.



Ano 2005 – Quadra (Yt:ES-BF142) comemorativa do Quarto Centenário da Primeira Edição de Dom Quixote, lançada durante a XXXVII Feira Nacional do Selo e o correspondente carimbo comemorativo. Observação: Isoladamente, os selos são catalogados como Yt:ES3748 a Yt:ES3751.



Ano 2016 – Selos do concurso alusivo ao Quarto Centenário da Morte de Miguel de Cervantes. Vencedor da Categoria Geral (Yt:ES4742) e vencedor da Categoria Juvenil (Yt:ES4743).

Para conhecer mais sobre a região espanhola em que se desenrolou toda a história desta novela de Miguel de Cervantes, visite a [Rota de Dom Quixote](#).

#### Sobre o tema MOINHOS

Um moinho é um dispositivo destinado a moagem, geralmente, de grãos comestíveis. Para movê-lo, diferentes formas de energia são usadas desde os tempos antigos, principalmente eólica (moinhos de vento), hidro (moinhos de água) e de tração animal (moinhos de sangue).

Por extensão são também conhecidos como moinhos alguns dispositivos de forma semelhante, que não se destinam especificamente à moagem de grãos, mas a outros fins. Os mais conhecidos são os geradores de eletricidade e bombas d'água.

Tudo isso é assunto para um estudo mais aprofundado e para a criação de coleções filatélicas temáticas. Espero que este artigo possa ser um ponto de partida para coleções mais amplas.

#### Referências:

SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. Dom Quixote – Ed. Nova Cultural. 2002.

WIKIPEDIA – Páginas diversas.

COLNECT.COM – Site de colecionadores, catálogo filatélico online.

## LER MAIS

A Sede da AFSC está fechada durante o período da pandemia do coronavírus e, conseqüentemente, a biblioteca da AFSC. Isto impede a consulta imediata da literatura ali disponível, mas consideramos interessante listar alguns dos mais recentes títulos catalogados, que certamente serão de interesse dos aficionados.

**HISTÓRIAS QUE O DINHEIRO CONTA**, escrito por André Cintra e Renato Torelli, Editora Lumus, 2006. Com 241 páginas, ilustrado a cores, traz pequenas biografias históricas de personagens ilustres retratados em cédulas e moedas brasileiras.

**CATÁLOGO DE CARIMBOS DO BRASIL IMPÉRIO**, obra fundamental da marcofilia nacional, escrito por Paulo Ayres, em 1937. Faz uma organização dos carimbos, mudos, grafados e mistos, reproduzindo em tamanho natural os exemplares, o que facilita em muito a identificação. Impresso em São Paulo, na Gráfica Gordinho S/A, teve tiragem de apenas 500 exemplares, todos eles rubricados pelo autor.

**O FILATELISTA E OUTROS CONTOS**, escrito pelo alagonano Arêo Pereira e publicado pela Editora Edicel, em 1972. Com 147 páginas, apresenta 18 contos, sendo que o primeiro faz referência a um colecionador de selos e dá nome ao livro. Obra literária ficcional, com curtas narrativas, traduzindo, com alta dramaticidade, episódios do cotidiano.

### O HOMEM QUE ROUBOU PORTUGAL

O jornalista norte-americano Murray Teigh Bloom faz uma minuciosa narrativa da história de "Alves Reais" e o golpe financeiro que aplicou no Banco Central Português, em 1925, com a emissão fraudulenta de cédulas. O prejuízo foi de nada menos que 7 bilhões de dólares, além da credibilidade. Editora Zahar, 2008, com prefácio de Gustavo Franco. 364 páginas.

### A VIDA PARTICULAR DE UM CARTEIRO SOLITÁRIO

O escritor canadense Denis Theriault narra as desventuras fictícias de um carteiro, Bilodo, em Montreal/Canadá. O romance é bem humorado, do apaixonado personagem. Editora Casa da Palavra, 2005, 128 páginas.

### MANUAL DE ERROS EM MOEDAS

O numismata paulista Edil Gomes lançou, em 2019, um excepcional estudo dos principais defeitos e anomalias em moedas brasileiras. O livro, com 150 páginas, amplamente ilustrado com fotografias coloridas, se propõe a catalogar os principais erros, tanto no disco, no cunho ou no procedimento de cunhagem. Aborda também algumas falsificações, variantes, recunhos, carimbos e outros elementos.

### GUIA MUNDIAL DE ESCRITORES FILATÉLICOS

Editado em 2001 pela "Asociación de Cronistas Filatélicos de la Argentina", o guia, em espanhol, apresenta em ordem alfabética uma relação de jornalistas filatélicos, com seus endereços e telefones. Com 80 páginas, é uma ferramenta útil para colecionadores, que podem entrar em contato com estudiosos e divulgadores do hobby.

